

EDITORIAL



Desde a primeira edição, o “Jornal Notícias do Congresso Nacional”, órgão oficial de comunicação social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro IDELB, deixou evidente que sua proposta era ser diferente dos demais, se sobressaindo, principalmente pela eficiência e qualidade das informações nele contidas.

Destinado a divulgar a prática das ações de jornalismo, marketing e responsabilidade social, do Poder Executivo e do Poder Judiciário, dando ênfase ao trabalho técnico-operacional do Poder Legislativo, no que se concerne ao trabalho praticado pelas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A missão desta publicação “Jornal Notícias do Congresso Nacional”, é oportunizar a divulgação dos trabalhos técnicos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, pelos seus membros no Congresso Nacional, no cumprimento de sua missão de legislar, fiscalizar e legitimar o poder estabelecido, em nome da sociedade brasileira.

Acreditamos que as informações contidas neste veículo contribuirão para o processo de amadurecimento e desenvolvimento da sociedade brasileira, de maneira a exercer o seu direito pleno de cidadania participativa para um futuro melhor.

O “Jornal Notícias do Congresso Nacional” traz ao seu público leitor, sua contribuição inarredável, imprimindo assim, a história do Brasil nos bastidores do Poder Legislativo, vindo a preencher uma lacuna visando manter a sociedade informada das ações técnicas operacionais procedidas pelo sistema bicameral do Congresso, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Sendo este o Poder guardião e garantidor do Estado Democrático de Direito, legitimado pela representação parlamentar, a autêntica expressão de poder de um povo e de uma forte e soberana Nação.

O “Jornal Notícias do Congresso Nacional” com dinamismo profissional, idealismo e perseverança desenvolveu um trabalho difícil e árduo em que contamos com a importante colaboração de parlamentares e funcionários, recompensado pelo resultado alcançado.

Boa leitura a todos, e um forte abraço!

Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA
Jornalista Responsável – (DRT 36.203/SP)
Escritor, Autor do livro “Os Meandros do Congresso Nacional”
Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras
Fundador e Presidente Nacional do Jornal Notícias do Congresso Nacional e do
Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB
E-mail: presidente@idelb.org.br / Site: www.idelb.org.br

NESTA EDIÇÃO:



Presidenta da República Dilma Rousseff
Uma mulher vitoriosa, competente e dinâmica



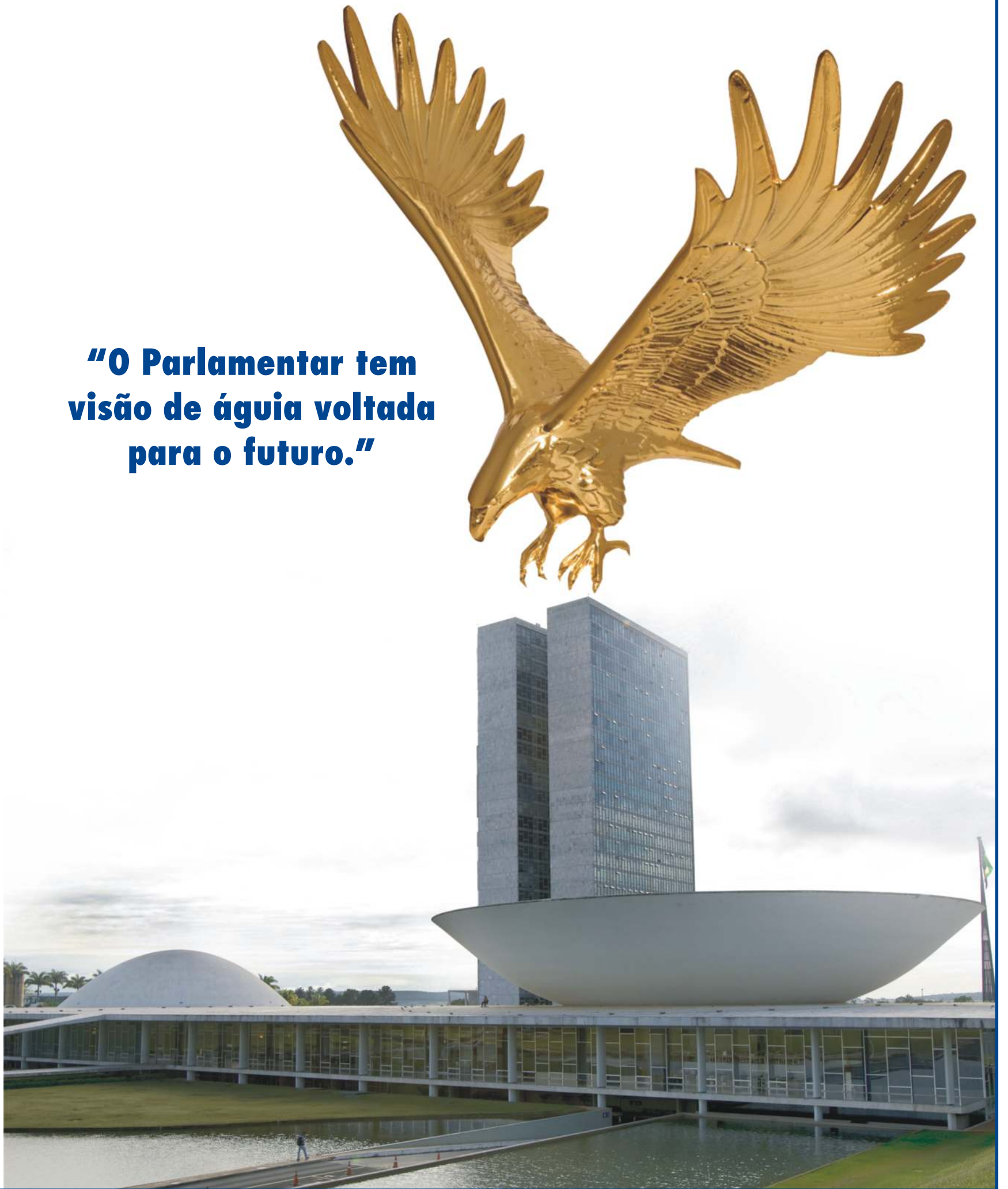
Ex-Presidente da República Lula
Consciência tranquila e dever cumprido com
responsabilidade social



Vice-Presidente da República Michel Temer
Um Vice-Presidente da República que agrega
valores inestimáveis ao Brasil

O PODER LEGISLATIVO É O SUSTENTÁCULO PLENO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA, PILARES FUNDAMENTAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

“O Parlamentar tem visão de águia voltada para o futuro.”



EXPEDIENTE

ANO I Nº 2 - Outubro / Novembro / Dezembro - 2011

O Jornal Notícias do Congresso Nacional é uma publicação trimestral do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB.

Editor e Jornalista Responsável: JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA – (DRT 36.203/SP)

Projeto Gráfico e Diagramação: Fábio Manfrinato - **Imagem e Ilustrações:** Antonio Carlos Souza - **Revisão:** César Sousa

Distribuição: Nacional Gratuita

Circulação: Presidência da República, Ministérios, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais, Tribunais Superiores – STF, STJ, TSE, TST e STM, Embaixadas, Organismos Internacionais e Entidades de Classe de Bancos, da Indústria, da Construção Civil, do Comércio, e do setor de Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis e Energias Renováveis.

Público Alvo: Autoridades dos Poderes do Executivo, Legislativo e Judiciário, Empresários, Estudantes e Professores e Representantes de Entidades de Classes.

Tiragem: 30.000 mil exemplares

Endereço: Rua Dona Antonia de Queirós, 504 – Conj. 45 – Cep. 01307-013 – Consolação – São Paulo – SP.

E-mail: idelb@idelb.org.br – Site: www.idelb.org.br

JORNAL
NOTÍCIAS DO
CONGRESSO
NACIONAL



Nós confiamos em Deus



O IDELB VEM CONTRIBUINDO DE MANEIRA EFICAZ COM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, POLÍTICO E INSTITUCIONAL DO BRASIL



EVOLUÇÃO E TRABALHO CONSTANTE EM DEFESA DA SOCIEDADE



2003
Fundação do

2004
Realização do
I Fórum Brasileiro
de Reabilitação de
Dependentes de Drogas

2007
Realização do
I Simpósio Nacional
sobre o Combate ao
Crime Organizado

2009
Realização do
Prêmio do Mérito
Legislador

2010
Parceria de Trabalho
com os Estados Unidos



IDELB
INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO



Dilma Vana Rousseff

Presidenta da República Federativa do Brasil

UMA MULHER VITORIOSA, COMPETENTE E DINÂMICA

Dilma Vana Rousseff é a primeira mulher a se tornar Presidenta da República Federativa do Brasil, com quase 56 milhões de votos obtidos nas urnas democraticamente no segundo turno das eleições, realizada em 31 de outubro de 2010, aos 63 anos de idade. Nascida no dia 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte (MG), filha de imigrantes búlgaros, é fruto de uma geração que sonhou com um Brasil para os brasileiros, um país democrático, independente, próspero e socialmente justo.

Geração do final dos anos 40 e início dos anos 50, que viveu os acontecimentos políticos e culturais das décadas de 60, 70 e 80 com muita intensidade. Engajada na luta pelas causas sociais do país, que se identificava não só pela idade, mas pelas idéias da luta por um mundo melhor. Que durante o golpe militar de 1964 participou do movimento estudantil e que com o avanço do regime militar de 1968 lutou clandestinamente contra a ditadura.

No ano de 1970, Dilma Rousseff foi presa e torturada nos porões da OBAN (Operação Bandeirante) e do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), em São Paulo, sendo condenada a dois anos e um mês de prisão pelo "crime" de pensar um Brasil diferente, por buscar um mundo sem fome, com justiça social, sem preconceitos e de oportunidades iguais para todos.

Apaixonou-se e casou com o advogado e militante gaúcho Carlos Araújo, que também capturado pela repressão, cumpriu pena de quatro anos. Três anos depois, 1973, já vivendo em Porto Alegre, Dilma Rousseff recomeçou os estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fazendo economia, um dos novos centros do novo movimento estudantil, que sucedia à geração de 1968, que Dilma Rousseff fez parte. Junto a Carlos Araújo, seu companheiro por mais de trinta anos, ajudou na fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) tendo participado ativamente de diversas campanhas eleitorais.

Exerceu o cargo de secretária municipal da Fazenda de Porto Alegre de 1985 a 1988, no governo Alceu Collares. De 1991 a 1993 foi presidente da Fundação de Economia e Estatística (FEE), órgão do governo gaúcho no final de 2002, quando Luiz Paula Rousseff Araújo, que em setembro de 2010 lhe deu o primeiro neto. Em 1994, após 25 anos de relacionamento, separou-se de Carlos Araújo, seu grande amigo até hoje. Em 1998, iniciou o curso de doutorado em ciências sociais na Unicamp, mas, já envolvida na sucessão estadual gaúcha, não o concluiu. Ocupou a Secretaria de Minas, Energia e Comunicação. Dois anos depois, com o rompimento da aliança com o PDT, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Concluiu a segunda passagem pelo governo gaúcho no final de 2002, quando Luiz Inácio Lula da Silva havia sido eleito Presidente da República. Em 2005, o trabalho de Dilma Rousseff é largamente reconhecido dentro e fora do governo. Então, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva a escolhe para ocupar a chefia da Casa Civil e, consequentemente, coordenar o trabalho de todo o Ministério, consolidando-se aí a parceria entre Lula e Dilma, que estabeleceu novos marcos para o crescimento do Brasil.

Dilma Rousseff atuou de forma competente e dinâmica como Ministra de Estado de Minas e Energia, depois Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Coordenou alguns dos principais programas do governo Lula: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Luz para Todos, Minha Casa-Minha Vida, Pré-Sal. E foi assim que a jovem competente e dinâmica que lutou contra a ditadura para mudar o Brasil passou a ser conhecida. No final do século 20 e início do século 21 a geração que foi à luta nos anos 60, 70 e 80 chegou ao poder máximo do país. Personagens dessa luta tornaram-se os protagonistas de um novo cenário político, alguns mantendo seus sonhos e outros mudando de lado.

Fé no presente e no futuro 2011 é uma nova etapa para o Brasil. No início deste ano, o Brasil entrou em uma nova etapa de sua história, comandada pela primeira vez por uma mulher, militante de esquerda, presa política dos anos 70, filha de imigrantes búlgaros e enfim, sonhadora. Trajetória vitoriosa que começou com mais um desafio: a luta contra um câncer linfático. Luta na qual, assim como sua candidatura, não entrara para perder, "nós brasileiros temos

esse hábito de sermos capazes de enfrentar obstáculos, de transpô-los e de sair inteiros do outro lado de lá", afirmava. Também não era a candidatura preferida do PT. "Mal entrou no partido", "Era ligada a Leonel Brizola", "Não tem tato político", eram algumas das frases que ouvia, além da fama que ganhara: de ser mandona, ranzinza e centralizadora. Dilma Rousseff mudou. Tornou-se mais simpática e sorridente. Deixou os óculos e mudou seu guarda-roupa. Mas, não modificou a seriedade de seu trabalho. E, assim como nossa nova Presidenta da República nosso país também precisa mudar. Simplificar os pensamentos, descartar o substituível e valorizar o que realmente importa.

Em seu discurso de posse, Dilma Rousseff citou o profeta bíblico Moisés, "Sob sua liderança, o povo brasileiro fez a travessia para uma outra margem da história". Relembrou Guimarães Rosa, "Recorro a um poeta da minha terra: O que tem de ser tem muita força", e a citação na obra Grande Sertão: Varedas, "O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem".

Indira Gandhi (1917 – 1984), a primeira mulher a ocupar o cargo de chefe de governo indiano, "Uma importante líder indiana disse um dia que não se pode trocar um aperto de mão com os punhos fechados. Pois eu digo: minhas mãos estão abertas e estendidas para todos, desde os nossos aliados de primeira hora até os nossos adversários". No final, fez referência à Carta de Caminha, de 1500, que dizia que nesta terra, se plantando, tudo dá, "O Brasil é uma terra generosa se olhar para o futuro será colhido com abundância e alegria". Homenageou o vice-presidente José de Alencar, "Quero, neste momento, prestar minha homenagem a outro grande brasileiro, incansável lutador, companheiro que esteve ao lado do Presidente Lula durante estes oito anos: nosso querido José de Alencar. Que exemplo de coragem e de amor à vida nos dá este homem! E que parceria fizeram Lula e Zé de Alencar, pelo Brasil e pelo nosso povo!". E referiu-se a própria participação à luta armada contra o regime militar e às torturas de que foi vítima, "Dediquei toda a minha vida à causa do Brasil. Entreguei minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco ressentimento ou rancor".

Defendeu a liberdade de expressão e lembrou sua luta contra a censura, "Reafirmo que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras". Assim, na escolha dos critérios para a vida e o caminho da evolução social, é de coragem que se precisa. E com esta coragem, diz Dilma Rousseff, que "vou governar o Brasil". É pela somatória das atitudes dessas pessoas de coragem que se faz um País. Dilma Rousseff também não tem um marido, como tantas mulheres deste país. E apenas há 50 anos atrás, uma mulher sem marido era apontada e julgada pela sociedade, vistas com maus olhos.

Porém, no dia 1º de janeiro de 2011, uma mulher sem marido foi eleita para o cargo mais alto da sociedade, e hoje é chamada de "sua excelência". Assim, representa uma grande parcela da população brasileira, pois as mulheres chefes de família representam uma grande parte das unidades familiares do nosso amado Brasil.

As mulheres mostraram ao mundo a sua determinação e coragem através das suas ações praticadas no cotidiano com competência e dinamismo profissional, nas áreas da política, finanças, diplomacia e moda, dentre muitas outras que se destacam pela seriedade e sensibilidade a flor da pele. Mulheres que conquistaram o direito ao voto, que nos anos 20 começaram a exercer seus direitos de cidadãs politizadas, o uso da minissaia, graças a mulheres que tiveram coragem de vesti-las e exibir suas penas até então proibidas de serem mostradas. Mulheres que fizeram história queimando sutiãs em praça pública num ato de indignação. Ato que por meio de mulheres se tornaram respeitáveis, por meio delas que se fez crer que nem só de gestos de maldade o mundo pode ser lembrado ou esquecido. Mulheres como essas e também como Dilma Rousseff, que chegou ao poder máximo do Brasil, construíram e constroem um legado de justiça, amor, coragem e determinação. Mulheres que fizeram a

história, que conquistaram seu espaço, seja em qualquer âmbito, no amor, no trabalho, na solidariedade, na luta por um ideal e até mesmo na dor. E como se isso não bastasse, Dilma Rousseff está acompanhada por sua filha Paula Rousseff, a nova primeira dama do Brasil, e homenageia sua própria mãe no discurso de posse. Uma trindade feminina representada pela mulher Dilma: três gerações de mulheres, três tempos históricos, sendo a mulher madura, Dilma Rousseff, que tem a sabedoria e a força para levar adiante a missão, além de um espelho da realidade de tantas brasileiras. Isso não quer dizer que as mulheres não precisem dos homens, mas que elas, de forma exemplar na imagem de Dilma Rousseff, contradigam a mitologia feminina a respeito de sua dependência e inferioridade emocional e social do homem. Assim, Dilma Rousseff representa, além de todos os brasileiros que governa, todas as mulheres deste país. Fazendo jus a tantas avós, mães e filhas de independência, ousadia, força e luta. Também aos homens, que acreditavam nos valores que estão hoje emergindo e, todos que pagaram pessoalmente o preço pelos seus sonhos, mas que também são provas de que sem sonhos não há vida decente. E sem coragem não há caminho e muito menos o sucesso.

Com responsabilidade e competência administrativa o Governo da Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, apresentou na íntegra à sociedade as Diretrizes de Trabalho de seu governo que tem metas estabelecidas para todos os brasileiros.

1. Expandir e fortalecer a democracia política, econômica e socialmente.
2. Crescer mais, com expansão do emprego e da renda, com equilíbrio macroeconômico, sem vulnerabilidade externa e desigualdades regionais.
3. Dar seguimento a um projeto nacional de desenvolvimento que assegure grande e sustentável transformação produtiva do Brasil.
4. Defender o meio ambiente e garantir um desenvolvimento sustentável.
5. Erradicar a pobreza absoluta e prosseguir reduzindo as desigualdades. Promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade.
6. O Governo de Dilma Rousseff será de todos os brasileiros e brasileiras e dará atenção especial aos trabalhadores.
7. Garantir educação para igualdade social, a cidadania e o desenvolvimento.
8. Transformar o Brasil em potência científica e tecnológica.
9. Universalizar a Saúde e garantir a qualidade do atendimento do Serviço Único de Saúde – (SUS).
10. Prover as cidades de habitação, saneamento, transporte e vida digna e segura para os brasileiros.
11. Valorizar a cultura nacional, dialogar com outras culturas, democratizar os bens culturais e favorecer a democratização da comunicação.
12. Garantir a segurança dos cidadãos e combater o crime organizado.
13. Defender a soberania nacional. Por uma presença ativa do Brasil no mundo.

Enfim, é notória a competência e o dinamismo profissional da nossa Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Pois ela contribuiu com a experiência de seu trabalho e agregou valores inestimáveis a administração do Presidente Lula, durante os oito anos de seu governo, em prol da estabilidade econômica, social, política e diplomática, colocando sempre o Brasil em uma condição de respeito e igualdade, perante as nações mais poderosas, desenvolvidas e ricas do mundo.



Luiz Inácio Lula da Silva

Ex-Presidente da República Federativa do Brasil

CONSCIÊNCIA TRANQUILA E DEVER CUMPRIDO COM RESPONSABILIDADE SOCIAL



A vitoriosa história do ex-Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva é idêntica a de muitos outros brasileiros pobres, que partiram do interior do Brasil para os grandes centros urbanos em busca de uma vida melhor. Lula saiu do interior de Pernambuco, tentou, lutou e venceu a todas as adversidades. Após perder três eleições, em 1989, 1994 e 1998, chegou à Presidência da República ao sair-se vitorioso nas eleições do ano de 2002.

Ex-metalúrgico, de barba mal feita e linguajar não tido como o mais apropriado para um Presidente da República, o agora ex-presidente fora questionado e julgado pela elite, a quem causava medo e insegurança. Quando chegou ao poder, afirmou que, por ser o primeiro cidadão de origem pobre e humilde a ocupar a presidência, não tinha o direito de errar e que, se no final de seu mandato, cada brasileiro fizesse pelo menos três refeições ao dia, sua missão de vida estaria cumprida.

Subestimado, superou todas as expectativas a seu respeito e fez com que muitos eleitores que não o tiveram como candidato deixassem o preconceito de lado. Assim, abateu as desconfianças iniciais de seu mandato, fez história, adquiriu o status de líder mundial e mudou a cara do Brasil para melhor perante as nações mais poderosas do planeta. Tendo o otimismo como uma de suas maiores qualidades e com uma habilidade única para sobreviver em ambientes hostis, o ex-presidente superou a crise do mensalão, os problemas do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e outras tantas situações que

aconteceram durante o seu mandato, fortalecendo ainda mais sua imagem e popularidade. Fez uma gestão ousada e dinâmica. Nela, o país abandonou o complexo de inferioridade, tornando-o igual às grandes potências mundiais. Passou por grandes sustos, como a crise econômica mundial, a pior desde 1929. E, através da superação, ganhamos o respeito dos países ricos, que viram a economia brasileira se reerguer, do consumo da população mais pobre, através de programas sociais como o Bolsa-Família e o aumento do salário mínimo, e também nos setores médios, por meio da ampliação do crédito ou de ferramentas como o Prouni (Programa Universitário para Todos).

Com os investimentos e incentivos ao mercado, sua política externa abriu portas e o Brasil cresceu, aumentou sua renda. Na era Lula, a economia viveu sua fase de maior expansão das últimas três décadas. Nestes anos, a indústria se expandiu, as vendas do comércio registraram alta e a geração de emprego e renda cresceram. O país investiu na redução da pobreza e 13 milhões de pessoas saíram da pobreza absoluta, a inflação e a situação fiscal foram controladas, o mercado doméstico se fortaleceu e os investimentos estrangeiros no Brasil, fizeram com que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva terminasse seu mandato com a aprovação de mais de 80% da população considerando seu governo "ótimo" ou "bom". Hoje, o antigo metalúrgico é visto como um homem refinado, mas que não esquece e faz questão de lembrar de suas origens. Como um presidente que fez por seu povo o que nenhum outro havia feito no combate a desigualdade na história deste país, o Presidente Lula se despediu de Brasília com a cabeça erguida, considerado por muitos o verdadeiro introdutor da democracia no Brasil.

O Brasil nunca mais deixará de praticar políticas econômicas de promoção e de democratização da riqueza dirigidas pelo Estado, e nunca mais deixará de ser considerado, pelo mundo, um país sério e respeitável. E esta marca histórica é, definitivamente, do Presidente Lula.

Notoriamente emocionado, com lágrimas nos olhos, às vésperas de passar a faixa presidencial para Dilma Rousseff, Lula não conseguiu conter suas lágrimas. Ao abraçar sua sucessora no Palácio do Planalto, "Eu e o povo brasileiro confiamos em você", disse à presidenta, que retribuiu, "Conviver todos estes anos com o Presidente Lula me deu a dimensão do governante justo e do líder apaixonado por seu país e por sua gente. A alegria que sinto pela minha posse como presidenta se mistura com a emoção da sua despedida. Mas Lula estará conosco. Sei que a distância de um cargo nada significa para um homem de tamanha grandeza e generosidade".

Assim terminou o mais carismático governo da República Federativa do Brasil. Envolve e humilde, Lula levou ao extremo a sua capacidade de realização, surpreendendo àqueles que não esperavam nada de seu governo e aos que temiam o caos, a grata surpresa da gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, teve a sua alta afirmação de ter deixado a presidência de consciência tranquila e dever cumprido com responsabilidade social para um futuro melhor, o seu importante papel de Chefe de Estado, de uma das mais importantes nações do mundo, foi exercido com responsabilidade, êxito e louvor. Parabéns Presidente Lula sua missão foi cumprida!





Michel Temer

Vice-Presidente da República Federativa do Brasil

UM VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA QUE AGREGA VALORES INESTIMÁVEIS AO BRASIL



Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Miguel Elias Temer Lulia, atual Presidente do PMDB, exerceu o mandato de Deputado Federal por cinco legislaturas. Nascido no dia 23 de setembro de 1940, na cidade de Tietê (SP), filho de imigrantes libaneses, é o equilíbrio político voltado ao desenvolvimento social e econômico do Brasil.

A liderança política do Vice-Presidente da República Michel Temer se confirma pela prática de suas ações responsáveis voltadas ao desenvolvimento do PMDB. A legenda que congrega em seus quadros os seguintes cargos de comando no país, 1 Vice-Presidente da República, 5 Governadores, 19 Senadores, 79 Deputados Federais, 172 Deputados Estaduais, 1.175 Prefeitos, 8.495 Vereadores e 2 milhões de filiados, está presente em 4.671 municípios brasileiros. Os correligionários têm em Michel Temer fé e confiança que sob o seu comando haverá dias melhores para o futuro do Brasil governado pelo PMDB.

O PMDB tem uma história de quarenta e cinco anos de vitórias do povo brasileiro. Ao completar 45 anos de sua fundação, o Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, que se tornou o atual PMDB, continua sendo um dos principais representantes da democracia brasileira com o maior número de prefeitos, a maior bancada no Senado Federal, a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados e, pela primeira vez no regime democrático, com o Vice-Presidente da República Michel Temer (SP).

Na festa da democracia o Vice-Presidente da República, Michel Temer, lembrou a importância dos peemedebistas sempre reexaminarem o passado glorioso vivido pelo Partido. "Observar o passado é importante para podermos projetar o futuro. Só chegamos a este presente em face da nossa história".

O PMDB que há décadas é o maior partido do Brasil, tem um legado expressivo de trabalho com inúmeras e grandes realizações, em benefício do povo brasileiro, tais como, a redemocratização, as eleições diretas, a Constituição Cidadã e os avanços sociais, pós 1964, nasceram, todos, com a marca ou a sustentação do PMDB. Há muito tempo não se governa o Brasil sem a sustentação política e participativa do PMDB.

Enfim, é notória a competência, seriedade e o dinamismo profissional do nosso Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer. A experiência política de seu trabalho agrega valores inestimáveis ao Brasil.





Gleisi Helena Hoffmann

Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil

A RESPONSABILIDADE E A COMPETÊNCIA DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Senadora Gleisi Helena Hoffmann é uma mulher determinada, competente e dinâmica para desempenhar as suas célebres funções junto a Presidenta da República Dilma Rousseff. Em 2010, tornou-se a primeira mulher eleita para ocupar uma vaga no Senado da República pelo progressista Estado do Paraná com 3.196.468 votos.

A Ministra-Chefe Gleisi Hoffmann é a responsável direta pela gestão administrativa das ações executivas que são de competência da Casa Civil da Presidência da República.

A Casa Civil, órgão essencial da Presidência da República, que tem como área de competência administrativa os seguintes assuntos:

I – Assistência e assessoramento direto e imediato ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, em especial nos assuntos relacionados com a coordenação e a integração das ações do Governo;

II – Verificação prévia da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais;

III – Avaliação e monitoramento da ação governamental e dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, em especial das metas e programas prioritários definidos pelo Presidente da República;

IV – Análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais;

V – Publicação e preservação dos atos oficiais;

VI – Supervisão e execução das atividades administrativas da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República;

VII – Avaliação da ação governamental e do resultado da gestão dos administradores, no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República e Vice-Presidência da República, além de outros determinados em legislação específica, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

VIII – Execução das atividades de apoio necessárias ao exercício da competência do Conselho Superior de Cinema (Concine) e do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (Consipam);

IX – Operacionalização do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam); e

X – Execução das políticas de certificados e normas técnicas e operacionais, aprovadas pelo Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP – Brasil).

Sua experiência profissional está na gestão pública e na vida política. A Senadora Gleisi Hoffmann já foi Secretária de Estado no Mato Grosso do Sul e Secretária Municipal de Gestão Pública em Londrina, no Paraná. Também integrou, em 2002, a equipe de transição de governo do Presidente Lula, ao lado da Ministra Dilma Rousseff.

O Brasil ganhará com o qualificado trabalho que certamente a Ministra-Chefe Senadora Gleisi Helena Hoffmann desempenhará na Casa Civil da Presidência da República, em benefício do desenvolvimento social da nação brasileira.





Wellington Moreira Franco

Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República Federativa do Brasil

A RESPONSABILIDADE E A COMPETÊNCIA DA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos – (SAE) da Presidência da República, Wellington Moreira Franco é um competente e hábil político. O sociólogo fez carreira política e acadêmica no Rio de Janeiro, onde foi eleito governador em 1987. É membro do Diretório Nacional do PMDB desde 1987, tendo assumido a presidência da Fundação Ulysses Guimarães em 2001. Em 2004, foi Vice-Líder do PMDB na Câmara dos Deputados e, em 2005, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação.

O Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos – (SAE) da Presidência da República, Wellington Moreira Franco é o responsável direto para assessorar imediatamente o Presidente da República no planejamento nacional.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos – (SAE), é um órgão da Presidência da República, criado pela Lei nº 11.754, de 23 de junho de 2008. Responsável pela formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional, a SAE realiza o trabalho antes executado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos, que substituiu, em outubro de 2007, a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, criada em junho do mesmo ano.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos – (SAE), atua nas seguintes áreas de competência:

I – Debater e elaborar políticas públicas de Estado em articulação com governo e sociedade civil;

II – Propor ações imediatas de reforma do Estado com vistas a políticas futuras;

III – Elaborar subsídios para a preparação de ações de governo;

IV – Realizar o planejamento nacional de desenvolvimento de longo prazo.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos – (SAE), é organizada em duas Subsecretarias:

- Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável
- Subsecretaria de Ações Estratégicas

A Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável (SSDS) é um órgão da Secretaria de Assuntos Estratégicos – (SAE), criado em julho de 2008 por meio do Decreto nº 6.517, do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável (SSDS) tem como principais objetivos estimular a discussão com a sociedade brasileira sobre a Amazônia e sobre o desenvolvimento sustentável do país como um todo.

São também finalidades da Subsecretaria:

- Promover parcerias com órgãos e entidades nacionais e estrangeiras que contribuam para a elaboração de iniciativas de desenvolvimento sustentável;
- Articular, junto aos entes federativos, políticas públicas para o desenvolvimento sustentável; e
- Coordenar as ações da Secretaria de Assuntos Estratégicos no âmbito da Comissão Gestora do Plano Amazônia Sustentável (CGPAS).

Atualmente está organizada em duas diretorias:

- Diretoria de Amazônia
- Diretoria de Desenvolvimento Sustentável

A Subsecretaria de Ações Estratégicas (SSAE) é um órgão da Secretaria de Assuntos Estratégicos - (SAE), criado em julho de 2008 por meio do Decreto nº 6.517, do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A Subsecretaria de Ações Estratégicas (SSAE) tem como principal objetivo propor, em articulação com os órgãos e entidades da administração pública federal, a elaboração de ações e projetos estratégicos de longo prazo.

São também finalidades da Subsecretaria:

- Consolidar os projetos de longo prazo para a formulação de uma estratégia nacional;
- Promover estudos comparados de desafios e projetos nacionais, bem como com os de outros países;
- Estabelecer parcerias com entidades e órgãos técnicos congêneres; e
- Promover e coordenar a atividade de pesquisa e análise necessárias à formulação de políticas de longo prazo; e
- Coordenação e secretariado do funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Para realizar suas atividades, a Subsecretaria é composta de duas diretorias:

- Diretoria de Oportunidades Econômicas e Educacionais
- Diretoria de Estado e Sociedade

Durante a 37ª reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), realizada no dia 27 de abril deste ano, o Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos – (SAE), Wellington Moreira Franco, destacou a importância que o CDES tem para o país, ressaltou ainda que “os caminhos devem ser construídos na diversidade dos interesses que compõem nossa sociedade”.

Por ocasião da primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), realizada em abril deste ano, quando os conselheiros foram informados sobre a transferência, a Presidenta da República Dilma Rousseff afirmou que pretendia contar com o CDES para debater e aprimorar todas as iniciativas estruturais e conjunturais de sua gestão. Por meio do Decreto nº

7.465, de 25 de abril de 2011 a Presidenta da República Dilma Rousseff determinou a transferência da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Secretaria de Relações Institucionais para a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e altera a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Secretaria de Relações Institucionais e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. “No que depender de mim como Presidenta da República, vocês podem ter a certeza de que eu terei uma relação qualificada com este Conselho. Ele será um espaço privilegiado para que nós possamos continuar desenvolvendo de forma sustentável o nosso país”, afirmou Dilma Rousseff na ocasião.

Compete, ainda, à Secretaria de Assuntos Estratégicos coordenar e secretariar o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, visando à articulação da sociedade civil organizada para a consecução de modelo de desenvolvimento configurador de novo e amplo contrato social.

O Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos – (SAE), Wellington Moreira Franco exerce também a função de Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão consultivo da Presidência da República, que reúne 90 líderes da sociedade civil.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), foi criado pela Lei nº 10.683, de 28/05/2003, que estabelece que a este compete assessorar o Presidente da República na formulação de políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas na articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), é formado por noventa integrantes da sociedade civil, dezessete Ministros de Estado e é presidido pela Presidenta da República. A nomeação dos seus integrantes busca combinar representatividade setorial, abrangência social e reconhecido saber. Seus componentes são designados por meio de publicação no Diário Oficial da União, com mandato de dois anos, passível de recondução, onde se renova em agosto de 2011.

Para o Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos – (SAE), Wellington Moreira Franco, o Conselho tem enorme relevância para o Brasil e continuará atuando como instrumento para enfrentar os desafios econômicos e sociais do País. “Tenho certeza que aqui nós vamos encontrar, como encontramos no passado, os caminhos que nos permitirão enfrentar esses desafios”, afirmou. Segundo o ministro da SAE, a atuação do CDES foi determinante para ajudar o Brasil a atravessar a última crise econômica mundial, em 2008, e que demonstrou a grande capacidade de superação da nossa política econômica.



Garibaldi Alves Filho

Ministro de Estado da Previdência Social do Brasil

O MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL GARIBALDI ALVES FILHO APRESENTA SUGESTÕES PARA EXTINGUIR FATOR PREVIDENCIÁRIO NA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DO SENADO FEDERAL



A substituição do fator previdenciário por uma alternativa melhor para os trabalhadores foi defendida pelo Ministro de Estado da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, durante reunião realizada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal. O ministro propôs para o debate a fixação da idade mínima de 65 anos para quem ingressar agora no mercado de trabalho e a fórmula 85/95 para os atuais.

A fórmula 85/95 permite a aposentadoria integral quando a soma da idade com o tempo da contribuição previdenciária atinge 85 anos para as mulheres e 95 anos para os homens. Em 2009, depois de firmar um acordo com seis centrais sindicais, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, enviou essa mesma proposta ao Congresso Nacional. O Senado Federal rejeitou a proposta e aprovou a extinção do fator previdenciário. A Câmara dos Deputados acompanhou a decisão, que posteriormente foi vetada pelo Presidente Lula.

Além da fórmula 85/95, o Ministro Garibaldi Alves Filho sugeriu para debate no âmbito do Congresso a implantação de uma idade mínima progressiva. Hoje, um trabalhador pode se aposentar com qualquer idade, contanto que tenha um tempo de contribuição de 30 anos, no caso das mulheres, e 35, no caso dos homens. Contudo, devido ao fator, quanto menor é a idade do segurado, menor é o valor do benefício. Também existe a possibilidade de aposentadoria por idade: 60 anos para as mulheres e 65 para os homens.

De acordo com sugestão apresentada pelo Ministro Garibaldi Alves Filho, seria estabelecida uma idade mínima um pouco acima da média atual de idade de aposentadoria. A cada dois anos, essa idade mínima de aposentadoria aumentaria um ano, até chegar aos 65 anos. Os trabalhadores já em atividade poderiam, por um determinado período, optar pelo modelo atual ou por essa nova proposta. O novo modelo possibilitaria a aposentadoria antecipada mediante um desconto fixo.

Projeto de Lei – PL nº 1992/07 – Durante a audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, o Ministro Garibaldi Alves Filho também defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 1992/07, que institui o regime de previdência complementar para o servidor público federal titular de cargo efetivo. A matéria está tramitando na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. O Ministro Garibaldi Alves Filho opinou que a aprovação do projeto seria uma forma de “estancar a sangria” de recursos públicos decorrente do déficit da Previdência dos servidores públicos federais.

Ao regulamentar a previdência complementar do servidor público, o PL nº 1992/07 cria uma fundação para custear a aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo da União (inclusive das suas autarquias e fundações), do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU). Os servidores atuais não são obrigados a aderir ao plano de previdência a ser criado.

Além de apresentar os números gerais da Previdência Social no Brasil, o Ministro Garibaldi Alves Filho apresentou para os Senadores os principais pontos do plano de trabalho do Ministério da Previdência Social para esse biênio. Algumas das metas são a ampliação da cobertura previdenciária, a busca pela excelência no atendimento ao cidadão, melhorias na gestão das receitas e despesas da Previdência e no sistema de tecnologias de informação.

O Ministro Garibaldi Alves Filho informou que o plano de expansão de agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) está em andamento, através da criação de 720 agências em cidades com mais de 20 mil habitantes, que ainda não possuem agência da Previdência. Também está sendo adotado um novo modelo de perícia médica que simplifica para o trabalhador o acesso aos benefícios aos quais têm direito.

O Ministro Garibaldi Alves Filho compareceu à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, acompanhado do Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, do Presidente do INSS, Mauro Hauschild, do Secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo José Rolim Guimarães, e do Secretário de Políticas de Previdência Complementar, Jaime Mariz de Faria Júnior para apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos 2 (dois) anos, nos termos do art. 397, do Regimento Interno do Senado Federal. Atendendo ao Requerimento nº 3, de 2011-CAS, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Paulo Davim.





Senador Humberto Sérgio Costa Lima

Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal

O TRABALHO DO LÍDER DO PT NO SENADO FEDERAL, EM BENEFÍCIO DA SOCIEDADE BRASILEIRA



Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, o Senador da República Humberto Sérgio Costa Lima – (Pernambuco) é um político sério, competente, dinâmico e hábil. Ele tem em seus ombros uma grande responsabilidade com o país liderando uma bancada de Senadores da República na Casa que vem trabalhando, em benefício do Brasil, com a apresentação de proposições legislativas, tais como, aprovação de Projetos de Lei do Senado (PLS) Projetos de Lei Complementar, Relatorias, dentre outros que compreendem a dinâmica do processo legislativo. A prova desse trabalho está pautado na apresentação de alguns projetos consistentes voltados a área de segurança pública de autoria do Senador Humberto Costa, pelo qual, destacamos alguns deles:

1) PLS - Projeto de Lei do Senado, nº 124, de 2011, que “Dispõe sobre exercício da atividade de investigação criminal”;

2) PLS - Projeto de Lei do Senado, nº 133, de 2011, Altera a redação dos artigos 60, 69, 73 e 74, da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que “Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, possibilitando a composição preliminar dos danos oriundos de conflitos decorrentes dos crimes de menor potencial ofensivo”;

3) PLS - Projeto de Lei do Senado, nº 162, de 2011, que “Institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária”;

4) PLS - Projeto de Lei do Senado, nº 199, de 2011, “Dispõe sobre o sigilo de informações, dados e documentos nas investigações policiais e dá outras providências”;

5) PLS - Projeto de Lei do Senado, nº 286, de 2011, “Altera o artigo 809 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para que a autoridade policial seja informada sobre o resultado do processo-crime”; e

6) PLS - Projeto de Lei do Senado, nº 321, de 2011, “Altera a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, para estabelecer a identificação criminal mediante material genético e dá outras providências”. Um trabalho parlamentar feito com responsabilidade social para um futuro melhor de todos os brasileiros.

O importante trabalho parlamentar que vem sendo realizado pelo Senador Humberto Costa no Congresso na área da segurança pública vem se destacando pela eficácia e a qualidade das propostas apresentadas. Sendo indicado por unanimidade pela expressiva bancada do PT no Senado Federal que totaliza um grupo de 15 senadores. A credibilidade do Senador Humberto Costa é notória na Casa, pois foi aclamado pelos seus pares para exercer a liderança do grupo logo no primeiro ano da legislatura.

Com o consenso da bancada foi formado o Bloco de Apoio ao Governo com a união de seis partidos políticos, que juntos somam um total de 30 senadores, no qual o Senador Humberto Costa é o líder. A sua competência profissional política vem a cada dia se destacando pelo qualificado trabalho desenvolvido junto às bancadas com objetivo de agregar valores a sociedade, sendo a voz de consenso do grupo de senadores junto ao Governo Federal, no encaminhamento das práticas legislativas no Senado e no Congresso, a fim de consolidar as legítimas posições das bancadas e do governo.





Senador Renan Calheiros

Líder do PMDB no Senado Federal

O TRABALHO DO LÍDER DO PMDB NO SENADO FEDERAL, EM DEFESA DO BRASIL



O competente e dinâmico trabalho do Líder do PMDB no Senado Federal, Senador Renan Calheiros – (Alagoas), tem em seus ombros uma grande responsabilidade de liderar uma expressiva bancada de Senadores da República na Casa que vem trabalhando, em

benefício do país, com a apresentação de proposições legislativas, tais como, aprovação de Projetos de Lei do Senado (PLS) Projetos de Lei Complementar, Relatorias, dentre outros que compreendem a dinâmica do processo legislativo. A prova desse trabalho está pautado na apresentação de alguns projetos de autoria do Senador Renan Calheiros, pelo qual, destacamos alguns deles:

1) PLS - Projeto de Lei do Senado, nº 9, de 2010, que “Dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelos Estados e Municípios.”;

2) PLS - Projeto de Lei do Senado, nº 52, de 2010, que “Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, a Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)”. (Dispõe sobre a licença maternidade, sobre o reembolso-creche e sobre a estabilidade empregatícia da gestante.); e

3) PLS - Projeto de Lei do Senado, nº 59, de 2010, que “Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que dispõe o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que dispõe sobre os fundos constitucionais de financiamento e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, para incluir o microempreendedor individual como beneficiário dos programas de financiamentos de que tratam”. Um trabalho parlamentar feito com responsabilidade social para um futuro melhor de todos os brasileiros.

O PMDB tem uma história de quarenta e cinco anos de vitórias do povo brasileiro. Ao completar 45 anos de sua fundação, o Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, que se tornou o atual PMDB, continua sendo um dos principais representantes da democracia brasileira com o maior número de prefeitos, a maior bancada no Senado Federal, a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados e, pela primeira vez no regime democrático, com o Vice-Presidente da República Michel Temer (SP).

Na festa da democracia o Líder do PMDB no Senado Federal, Senador Renan Calheiros (AL), destacou que o aperfeiçoamento institucional foi apontado como um dos grandes legados do partido. “O Movimento Democrático Brasileiro permitiu avanços sociais, a estabilidade política e na transformação do país. Esses 45 anos congregam tudo isso”.

O PMDB que há décadas é o maior partido do Brasil, tem um legado expressivo de trabalho com inúmeras e grandes realizações, em benefício do povo brasileiro, tais como, a redemocratização, as eleições diretas, a Constituição Cidadã e os avanços sociais, pós 1964, nasceram, todos, com a marca ou a sustentação do PMDB. Há muito tempo não se governa o Brasil sem a sustentação política e participativa do PMDB.





Deputado Henrique Eduardo Alves

Líder do PMDB na Câmara dos Deputados

O TRABALHO DO LÍDER DO PMDB NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM DEFESA DO BRASIL



O competente e dinâmico trabalho do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves – (Rio Grande do Norte), que também tem em seus ombros uma grande responsabilidade de liderar uma expressiva bancada de Deputados Federais na Casa que vem trabalhando, em benefício do país, com a apresentação de proposições legislativas, tais como, aprovação de Projetos de Lei da Câmara (PLC) Projetos de Lei Complementar, Relatorias, dentre outros que compreendem a dinâmica do processo legislativo. A prova desse trabalho está pautado na apresentação de alguns projetos de autoria do Deputado Henrique Eduardo Alves, dentre os quais,, destacamos alguns deles:

1) PL - Projeto de Lei nº 76, de 2011, “Altera o art. 233-A, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral) para dispor sobre o exercício do voto pelos eleitores localizados fora de seu domicílio eleitoral nas eleições presidenciais, federais e estaduais”; e

2) PRC - Projeto de Resolução, nº 5, de 2011, Dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 25, ao parágrafo 2º do art. 26 e acrescenta parágrafo ao art. 45 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. “Alteração do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, autorizando a participação do Deputado Federal, como membro titular em até duas Comissões Permanentes exceto a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, não se considerando falta quando o parlamentar, titular de mais de uma Comissão, estiver presente na reunião de uma delas”. Um trabalho parlamentar feito com responsabilidade social para um futuro melhor de todos os brasileiros.

O PMDB tem uma história de quarenta e cinco anos de vitórias do povo brasileiro. Ao completar 45 anos de sua fundação, o Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, que se tornou o atual PMDB, continua sendo um dos principais representantes da democracia brasileira com o maior número de prefeitos, a maior bancada no Senado Federal, a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados e, pela primeira vez no regime democrático, com o Vice-Presidente da República Michel Temer (SP).

Já o Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves (RN), também destacou que defendeu a idéia de que a legenda é a síntese do próprio país. “Somos o Partido do Brasil. Contamos com uma história de luta, resistência, coragem e identidade com o povo brasileiro. A começar pela marca registrada da democracia que guia todos os nossos sonhos e todos os nossos passos”.

O PMDB que há décadas é o maior partido do Brasil, tem um legado expressivo de trabalho com inúmeras e grandes realizações, em benefício do povo brasileiro, tais como, a redemocratização, as eleições diretas, a Constituição Cidadã e os avanços sociais, pós 1964, nasceram, todos, com a marca ou a sustentação do PMDB. Há muito tempo não se governa o Brasil sem a sustentação política e participativa do PMDB.





Senador José Agripino Maia

Presidente do Democratas

UM SENADOR QUE TRABALHA PELO BEM-ESTAR DO POVO E PROMOVE O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL



O competente e dinâmico trabalho do Presidente do DEM no Senado Federal, Senador José Agripino Maia – (Rio Grande do Norte), tem reafirmado compromissos programáticos fortes e transparentes em defesa do desenvolvimento do Brasil.

Com uma grande responsabilidade em seus ombros o Senador José Agripino Maia vem trabalhando incansavelmente pelo país, com a apresentação de proposições legislativas, tais como, aprovação de Projetos de Lei do Senado (PLS), Projetos de Lei Complementar, Relatorias, dentre outros que compreendem a dinâmica do processo legislativo. A prova desse trabalho está pautado na apresentação de alguns projetos apresentados de autoria do Senador José Agripino Maia, pelo qual, destacamos alguns deles:

1) PLS – Projeto de Lei do Senado, nº 160, de 2007, que “Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero na Contribuição para PIS/Pasep e na Contribuição para

Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos”;

2) PLS – Projeto de Lei do Senado, nº 257, de 2003, que “Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências”; e

3) PLS – Projeto de Lei do Senado, nº 177, de 2002, que “Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com vistas a estabelecer que o Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, financie estágio remunerado em empresas e universidades”. Um trabalho parlamentar feito com responsabilidade social para um futuro melhor de todos os brasileiros.

O Senador José Agripino Maia ao tomar posse no dia 15 de março declarou sobre a importância do papel da oposição, em que, por definição, não há lugar para oportunismos. Idéias claras e contundentes são fundamentais para a existência de

um partido político comprometido com o País. Ele ainda lembrou que idéias que são defendidas pelo DEM garantiram riqueza, prosperidade e justiça social para alguns dos países mais poderosos do mundo, como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. Foram essas concepções que deram certo e não o populismo que empobreceu muitas nações. O DEM é a garantia da preservação dessas idéias de liberdade e progresso social no Brasil. Afirmou ainda, que o partido defende um liberalismo moderno, voltado para a produção, o emprego e o bem-estar social.

O Senador José Agripino Maia (RN), destacou também que o DEM defende valores como o mérito, igualdade de oportunidades, proteção ao meio ambiente com desenvolvimento e geração de empregos e a segurança jurídica. Lembrou, ainda, que dentro de um conceito de coerência aos seus princípios, o DEM liderou o movimento que impediu a manutenção da CPMF, em 2007. Sendo esse o fato mais visível do seu trabalho em obediência ao desejo da sociedade, reafirmando a independência do Poder Legislativo.





Deputado Agaciel Maia

Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa do Distrito Federal



UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS, VITÓRIAS E SUCESSO CONQUISTADA A BASE DE TRABALHO, COMPETÊNCIA, SERIEDADE E DINAMISMO PROFISSIONAL



Agaciel da Silva Maia, casado, pai de três filhos e avô de dois netos, depois de 33 anos no Senado Federal, onde fez uma carreira brilhante, foi eleito, em 2010,

Deputado Distrital com 14.073 votos para exercer o seu primeiro mandato parlamentar de quatro anos na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Mas, nem sempre a vida lhe foi tão fácil. Nordestino, chegou no início da nova capital e como muitos de seus conterrâneos, ainda jovem, teve que lutar muito para estudar, trabalhar e galgar o seu espaço rumo aos caminhos para o sucesso. Filho de pequenos agricultores, João Gonçalves Maia, conhecido como seu João Dino, e dona Anunciada, Agaciel da Silva Maia nasceu numa segunda-feira, 21 de julho de 1958, em um pequeno sítio chamado Bom Lugar, no município paraibano de Brejo do Cruz, já na divisa do estado da Paraíba com o Rio Grande do Norte.

As primeiras letras aprendeu no Grupo Escolar Padre João Maria, na pequena cidade de Jardim de Piranhas, no Rio Grande do Norte, distante 12 quilômetros do sítio onde morava. O curso primário concluiu no Grupo Escolar Machado de Assis, também em Jardim de Piranhas. Época difícil e de grandes dificuldades. Época de começar a dar os primeiros sinais de persistência, pois o único meio de transporte, para ele e os irmãos percorrerem os 12 quilômetros de chão batido para chegarem à escola, era a cavalo. As dificuldades não paravam por aí. Com apenas 12 anos de idade perdeu o pai, que faleceu subitamente, deixando sua mãe com a responsabilidade de criar e prover a educação de 15 filhos.

Diante da dura realidade, foi a hora de Agaciel seguir para a cidade de Caicó (RN), onde foi morar na Casa do Estudante para fazer o então curso ginasial. Além de estar longe da família, o dinheiro era curto, mas à vontade de vencer era enorme. Quatro anos se passaram desde que chegou a Caicó (RN) e era chegada a hora de dar um passo um pouco maior. Apreensivo, mas esperançoso, juntou as poucas coisas que tinha e seguiu rumo a Brasília, onde foi morar com o irmão, que foi servidor do Senado Federal na antiga capital da República, no Rio de Janeiro.

Já na nova capital, o rapaz nordestino teve que se empenhar para estudar e trabalhar. Primeiro foi para o Colégio Elefante Branco e, depois, para o Colégio Planalto, na Asa Sul, onde concluiu o 2º Grau, no ano de 1976. Sempre batalhador, em 1977 foi aprovado em concurso público e ingressou no Senado Federal como auxiliar de escritório, exercendo a função de datilógrafo. Lá, sua garra, persistência e dedicação falaram mais alto e logo foi promovido, primeiro para o cargo de Adjunto Administrativo para depois ocupar o de Técnico de Planejamento, até chegar, com sua vontade de vencer, a Analista Legislativo.

Paralelamente, continuava seus estudos. Esses acreditava, não podia parar, afinal era o passaporte para uma vida melhor. Ingressou no curso de Economia, na Universidade Católica de

Brasília. Ao concluir, fez três cursos de pós-graduação: Auditoria Interna e Externa, Administração Financeira e Administração Pública, esse último na Fundação Getúlio Vargas.

Em Brasília, fez muitos amigos, afinal morou em muitas cidades, o que lhe rendeu durante a campanha do ano passado, trânsito livre para falar sobre seus projetos sociais: Guará, Sobradinho, Cruzeiro Velho, Asa Norte e Cruzeiro Novo. Como sempre acontece, o tempo foi passando e, dez anos depois, o menino nordestino que chegara trazendo na bagagem muitos sonhos e esperanças, assumiu a direção da Gráfica do Senado, onde permaneceu por nove anos.

Ao longo dos 34 anos como servidor do Senado Federal, Agaciel Maia ocupou diversos cargos na instituição. Foi auditor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, onde também exerceu a função de diretor executivo (1987/1995), presidente do Conselho de Administração do Senado Federal, vice-presidente da Associação Brasileira de Imprensa Oficiais (1995/1997), diretor responsável pelas publicações oficiais da Assembléia constituinte (1987/1988) e membro do Conselho Consultivo da Anatel.

E suas vitórias, depois de tantas lutas, não iam parar por ali. Em 1995, por indicação do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, Agaciel Maia assumiu o mais alto posto de comando daquela Casa, o de Diretor-Geral do Senado Federal. Era chamado de o "82º Senador", tal o poder político que acumulou em 14 anos no cargo.

Além da trajetória profissional de sucesso, Agaciel Maia publicou quatro livros: O Senado e seus Presidentes, Dinarte Mariz – Vida e Luta de um Potiguar, Deputados e Senadores do Rio Grande do Norte – do Império à República e Tempo de Transformação, em que ele reuniu os diversos artigos publicados por ele em jornais brasileiros. Uma bela coletânea, que aborda diversas facetas do Senado, com objetivo de ressaltar a missão institucional daquela Casa.

Uma nova etapa – Em 2010, lançou-se candidato a uma das 24 cadeiras da Câmara Legislativa do Distrito Federal e uma nova etapa foi iniciada por Agaciel Maia ao ser empossado Deputado Distrital no dia 1º de janeiro deste ano.

Em passado recente, o Distrito Federal passou por um dos momentos políticos mais angustiantes de sua curta história. A crise política que trágou o Executivo e que levou junto o Legislativo, expondo publicamente, as mazelas de um modelo de política que em muito contribuiu para a descrença do cidadão nas instituições políticas. "A Câmara Legislativa do Distrito Federal muito antes desse episódio que varreu o Distrito Federal sempre foi vista com desconfiança pelo cidadão. Fortalecer institucionalmente o Poder Legislativo como instrumento de representação popular, eliminando os traços negativos de sua imagem junto ao cidadão, além de reafirmar sua condição de poder independente é a grande missão que temos pela frente", explica o parlamentar.

Para Agaciel Maia, a Câmara Legislativa do Distrito Federal deve estar sintonizada com os interesses da sociedade, agindo com transparência, respeito aos valores democráticos e valorizando a cidadania. "A sucessão de escândalos abalou, sem dúvida, a crença do cidadão na instituição. Recuperar a imagem desgastada da Casa junto ao cidadão é o desafio que se coloca inadiável. Para tanto, é necessário, seja através de uma política de comunicação capaz de informar claramente o cidadão das atribuições institucionais e das ações do dia-a-dia da atividade parlamentar, seja na criação de leis, fiscalização do Executivo, estímulo à prática da cidadania, seja na compreensão de cada parlamentar que a defesa institucional do Poder Legislativo é função suprapartidária que cabe a todos os parlamentares", ressalta, demonstrando, claramente, sua garra nessa nova missão.

E é com esse pensamento que o Deputado Agaciel Maia, que é Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) da Câmara Legislativa do Distrito Federal, uma das mais importantes e cobiçadas comissões da Casa, tem pautado seu trabalho nesses seis meses, desde que assumiu a cadeira de Deputado Distrital. "Temos que legislar sobre assuntos de interesses dos cidadãos, atuando nas áreas de educação pública, orçamento, fiscalização dos gastos públicos, ocupação territorial, obras públicas, propondo, indicando e sugerindo ao Poder Executivo a execução de obras e ações em benefício da melhoria de um estado socialmente justo".

Nessa nova trajetória, sua principal bandeira está voltada para os jovens, pois como sempre diz em seus discursos, é muito mais vantajoso o Governo investir nos jovens, proporcionando-lhes oportunidade de estudar em um turno e trabalhar no turno inverso, como menor aprendiz, aprendendo uma profissão que o qualifique para o mercado de trabalho, do que continuar, por omissão, arcando com o alto custo que o Estado tem com os presidiários. "Um jovem aprendiz se sente feliz em aprender uma profissão e ser remunerado com um salário mínimo, pois afinal é a época em que está começando a namorar e a vaidade é grande. O custo com esse jovem é um investimento e infinitamente menor do que se gasta, hoje, para manter um presidiário, que é R\$ 2.300,00".

E, persistente como sempre foi, o Deputado Agaciel Maia já apresentou indicação para que o Executivo Local implante o Programa Menor Aprendiz para que os quase 100 mil alunos das escolas públicas do Distrito Federal possam ser beneficiados. "Estou convencido que esse é o caminho. Há alguns anos atrás, quando estive a frente da Gráfica do Senado, tive a oportunidade de implantar esse programa, empregando diversos jovens de 14 a 18 anos no turno inverso ao que estudavam. Hoje é gratificante ver os grandes profissionais em que se transformaram", conta, lembrando que em breve o Distrito Federal sediará a Copa Mundial de Futebol e a Copa das Confederações. "Essa é uma grande oportunidade para o Governo preparar os jovens da cidade, com mão-de-obra qualificada", conclui o parlamentar.



Ministra Eliana Calmon Alves

Corregedora Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – CNJ

COMPETÊNCIA E SERIEDADE NO PODER JUDICIÁRIO



Conselho Nacional de Justiça – (CNJ), agrega em seus quadros uma das mais competentes, renomadas e brilhantes magistradas do país, estamos falando da atual Corregedora Nacional de Justiça, a Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Dra. Eliana Calmon Alves, mulher competente, séria, extremamente legalista, determinada e implacável no combate à corrupção praticada por juízes que atuam de forma ilícita e vergonhosa nos gabinetes dos Tribunais de Justiça de todo o país, praticando os crimes de venda de sentenças e de liminares.

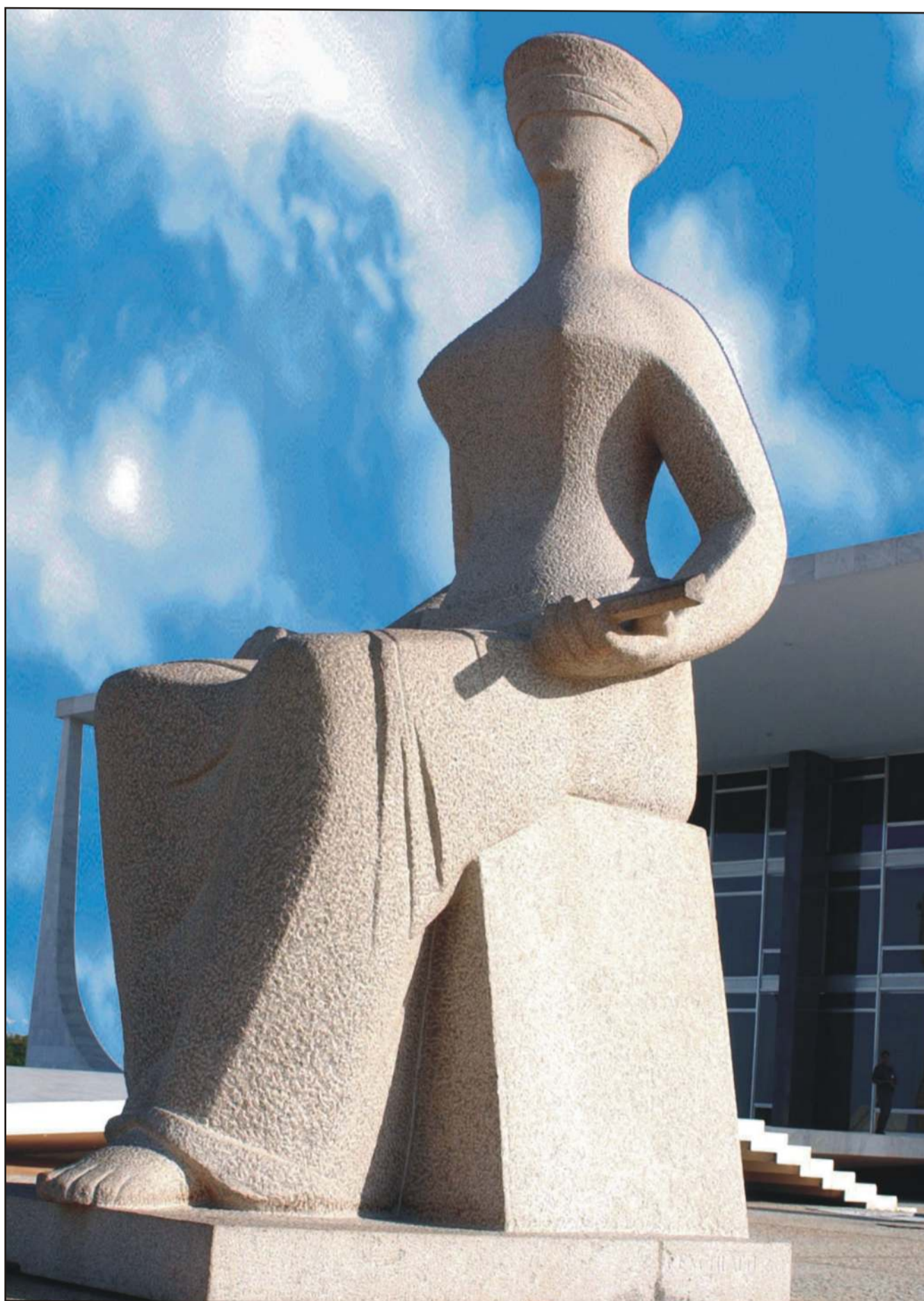
Quando tomou posse no Conselho Nacional de Justiça no cargo de Corregedora Nacional de Justiça, a Ministra Eliana Calmon, afirmou que vai trabalhar de forma implacável contra a corrupção instalada no Poder Judiciário, de maneira que terá tolerância zero.

Ao declarar empossada a Ministra Eliana Calmon no cargo de Corregedora Nacional de Justiça, o Presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, Ministro César Peluso, lembrou que, como Magistrada de carreira a Ministra Eliana Calmon, conhece bem os pecados, as ineficiências e disfunções do Poder Judiciário, mas que a Ministra Eliana Calmon tem a sensibilidade, determinação e coragem suficientes para aprimorar o trabalho que deu ao Conselho Nacional de Justiça uma imagem nova mediante ações eficientes.

O Presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, Ministro César Peluso, se diz biograficamente comprometido com a ação de combate à corrupção da Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon. “Quando no Tribunal de Justiça de São Paulo”, demiti nove juízes e fui relator do recente caso do Medina (Paulo Medina, Ministro do Superior Tribunal de Justiça aposentado sob a acusação de venda de sentença)”, afirmou o Ministro César Peluso.

O Conselho Nacional de Justiça – (CNJ) é um órgão voltado à reformulação de quadros e meios no Poder Judiciário, sobretudo no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual. O Conselho Nacional de Justiça foi instituído em obediência ao determinado na Constituição Federal, nos termos do art. 103-B.

O Poder Judiciário, o Brasil e a Nação Brasileira, precisa muitíssimo dos significativos préstimos patrióticos da Excelentíssima Senhora Ministra Eliana Calmon Alves, Corregedora Nacional de Justiça. Parabéns Ministra Eliana Calmon pelo seu importantíssimo trabalho realizado, em prol da segurança jurídica e da cidadania de toda a Sociedade Brasileira!





Prefeito Roberto Rocha

Município de Vargem Grande Paulista - SP

UM PREFEITO COMPETENTE E DINÂMICO PREOCUPADO EM PROMOVER MAIS DIGNIDADE E OPORTUNIDADES ÀS PESSOAS ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESULTADOS

Principal investimento está sendo na valorização e autoestima da população



Prefeito Roberto Rocha é um administrador competente e dinâmico que promove a dignidade e propicia oportunidades às pessoas através de políticas públicas de resultados no município de Vargem Grande Paulista, que está localizado na região metropolitana de São Paulo, a 45 quilômetros da capital paulista, que está tomando um novo rumo no seu desenvolvimento socioeconômico. Desde que assumiu o governo municipal, o prefeito Roberto Rocha (PSB) tem investido pesado na capacitação profissional, geração de empregos, qualidade de atendimento da saúde e segurança. Sua atuação política e administrativa tem mudado a vocação da cidade.

Em seu primeiro mandato, Roberto Rocha foi eleito com 62% dos votos, o que lhe dera ainda mais credibilidade para buscar recursos junto aos governos estadual e federal. “A valorização incondicional se dá através do relacionamento político. Nunca Vargem Grande Paulista recebeu recursos por meio de emendas parlamentares como agora. Graças ao apoio de diversos deputados federais e estaduais de diferentes partidos, estamos conseguindo executar várias obras de infraestrutura urbana, saúde, educação, saneamento básico, entre outras”, comenta.

Geração de emprego e renda

Com os investimentos que estão sendo realizados em sua gestão, o município que caminhava para ser uma cidade dormitório, começa a atrair novas indústrias. “Nosso objetivo é melhorar as condições de vida da população de forma sustentável, com a implementação de loteamentos empresariais que propiciem o aumento da receita corrente líquida através dos impostos”, ressalta o prefeito.

Segundo ele, nos últimos dois anos, Vargem Grande Paulista ganhou três pólos industriais, sendo um deles na região central já em construção e dois em fase de aprovação, além de vários condomínios residenciais. “Atualmente, a área ocupada por loteamentos corresponde a cerca de 16% do território do município. A área de loteamentos deverá chegar a 20%. O restante do território deverá ficar com 40% da área de preservação, 10% comercial/industrial e 30% residencial”.

Com a vinda de novas indústrias e a geração de novos empregos, Roberto Rocha tem focado suas ações na qualificação da mão-de-obra local. Em termos percentuais, o prefeito cita o maior investimento que o município já teve na capacitação do cidadão vargengrandense, com mais de 4 mil pessoas qualificadas (quase 7% da população de 42.936 habitantes).

“Firmamos importantes parcerias e trouxemos para o município diversos cursos técnicos e gratuitos do SENAI e do Centro Paula Souza, além de vários outros cursos promovidos pela Secretaria de Assistência Social. Estamos investindo na valorização pessoal e profissional proporcionando mais dignidade à população”, afirma o prefeito.

Infraestrutura

Para receber novos investidores, Roberto Rocha em conjunto com outros prefeitos - Cotia, Ibiúna, Piedade e São Roque - está empenhado em promover o crescimento sustentável regional e agilizar a duplicação da Rodovia Bunjiro Nakao (SP 250). “O custo desta obra é de aproximadamente 115 milhões de reais e já tive a confirmação do DER de que o projeto executivo será realizado em breve”.

Outro investimento importante será no sistema viário da cidade. Para isso o prefeito de Vargem Grande Paulista deverá aplicar cerca de 6 milhões de reais. “Temos aprovado uma linha de crédito que será utilizada para a pavimentação de diversas ruas e estradas importantes do município”, disse.

A construção de novas áreas de convivência também estão mudando a cara da cidade. Em apenas dois anos e meio, Vargem Grande Paulista está ganhando sua quarta praça. “Estamos transformando áreas que estavam em total abandono, em espaço multiuso para integrar a família”, ressalta Roberto Rocha.

Porém, a obra que mais deixa o prefeito orgulhoso é a revitalização da Lagoa do bairro Parque do Agreste. A área de 25mil m2 está sendo recuperada e receberá investimento de 1,2 milhões de reais. “Esta obra beneficiará diretamente cerca de 8 mil pessoas. O local estava totalmente degradado e, agora, será transformado num Parque Linear com várias opções de lazer”, enfatiza Roberto Rocha.

Sua atuação política e o trabalho em busca de mais recursos, já que a arrecadação municipal é pequena – em torno de 80 milhões previstos para o exercício de 2011 – estão permitindo que Vargem Grande Paulista cresça de forma organizada e dê um grande salto em seu desenvolvimento socioeconômico.

O foco da gestão do prefeito Roberto Rocha é a valorização do ser humano e a promoção da qualidade de vida. Para isso muitos investimentos estão sendo realizados, confira:

Social

Para dar mais dignidade e oportunidades ao cidadão vargengrandense, mais de mil munícipes são preparados anualmente para o mercado de trabalho, através de cursos gratuitos de qualificação profissional oferecidos pela Secretaria de Assistência Social.

O trabalho diferenciado que é realizado com jovens, idosos e famílias em vulnerabilidade social, que tem sido referência na região. O grupo da melhor idade do município conta com cerca de 500 integrantes, que participam ativamente de diversas atividades, como: ginástica, aulas de coral e dança cigana, vôlei, excursões, entre outros. E em breve o governo municipal iniciará a construção de um novo Centro de Referência do Idoso.

Saúde

Outra área que recebe atenção especial em Vargem Grande Paulista é a saúde. Para reforçar o transporte de pacientes, novas ambulâncias foram locadas. O governo municipal também está reformando as Unidades Básicas de Saúde. “Nos bairros onde há uma demanda maior vamos construir novas UBS's, como no Parque do Agreste”, disse o prefeito.

Para dar mais qualidade e agilidade no serviço de saúde, o prefeito Roberto Rocha está terceirizando parte da gestão do Pronto Atendimento (PA). A partir da primeira quinzena de agosto, a unidade será administrada pelo Instituto SAS - uma Organização Social (OS), privada, sem fins lucrativos - que possui experiência na implementação de fluxos e rotinas pertinentes à área da saúde, visando principalmente a otimização dos recursos, humanização do atendimento e satisfação do usuário.

A cidade ganhará, ainda, uma nova Unidade de Pronto Atendimento. Conforme anunciou o prefeito, esta será a maior obra de seu governo e iniciará ainda este ano, com investimento previsto de 4 milhões de reais.

Segurança

As principais ruas do centro de Vargem Grande Paulista são monitoradas 24 horas por câmeras. O sistema de videomonitoramento foi instalado ano passado pelo prefeito Roberto Rocha com o objetivo de garantir mais segurança à população.

Outro importante investimento da Prefeitura para reforçar a segurança foi na aquisição de mais viaturas e aumento do efetivo da Guarda Municipal. Já a Polícia Militar ganhou novas instalações. A atual administração entregou oficialmente à PM no mês de junho, a nova sede do 1º Pelotão da 4ª CIA do 33º BPM do município. “A Guarda Municipal e a Polícia Militar trabalham em parceria, tornando o trabalho preventivo ainda mais eficiente”, comenta o prefeito.

Educação

Na área de educação, Vargem Grande Paulista está ganhando novas escolas para ampliar a oferta de vagas em sala de aula. “Já entregamos duas unidades de educação infantil e estamos finalizando a construção de uma creche”, afirmou o prefeito.

Algumas escolas municipais também foram contempladas com melhorias como: reforma, construção ou cobertura das quadras poliesportivas.

Graças ao trabalho político do prefeito, Vargem Grande Paulista será contemplada com mais 2 milhões de reais para a construção de uma unidade da “Praça dos Esportes e da Cultura”, com: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); salas multiuso; biblioteca; telecentro; cineteatro/auditório com 60 lugares; quadra poliesportiva coberta; pista de skate; equipamentos de ginástica; playground e pista de caminhada.



Dr. Josué dos Santos Ferreira

Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

IDELB TRABALHANDO EM PARCERIA COM AS PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS DE TODO O PAÍS



Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, Dr. Josué dos Santos Ferreira, é um empreendedor nato, a sua preocupação e empenho com a gestão pública brasileira já lhe renderam várias realizações de projetos sociais em benefício do País. Fundado em 2003, por um cidadão abnegado com o seu trabalho e comprometido com as causas sociais, o Instituto IDELB de imediato já foi convidado a se tornar um signatário em potencial do Pacto Global que é o resultado de um convite efetuado ao setor privado pelo então Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, para que juntamente com algumas agências das Nações Unidas e atores sociais, contribuísse para avançar a prática da responsabilidade social corporativa, na busca de uma economia global mais sustentável e inclusiva. Que tem a responsabilidade e o compromisso de defender e disseminar os seguintes princípios: Direitos Humanos – Respeitar e proteger os direitos humanos; Impedir violações de direitos humanos; Direitos do Trabalho – Apoiar a liberdade de associação no trabalho; Abolir o trabalho forçado; Abolir o trabalho infantil; Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho; Proteção Ambiental – Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; Promover a responsabilidade ambiental; Encorajar tecnologias que não agridem o meio ambiente; Contra a Corrupção – Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

O trabalho do IDELB em prol do desenvolvimento social do Brasil

Desde então, o seu trabalho é consistente, constante e incansável para realizar com idealismo e seriedade os seus objetivos patrióticos com projetos de responsabilidade social para um futuro melhor. O primeiro projeto foi realizado com sucesso absoluto no ano de 2004 na cidade de São Paulo, tendo como tema principal à responsabilidade social, que foi o evento denominado, “I Fórum Brasileiro de Estudos e Debates Contra a Violência e a Favor da Reabilitação do Cidadão Dependente de

Drogas”, cujo objetivo foi buscar desenvolver novos mecanismos de políticas públicas para recuperar o dependente químico, reintegrá-lo a sociedade e combater o tráfico de drogas. O segundo projeto foi também realizado com sucesso absoluto no ano de 2007 na cidade de Brasília, no Senado Federal, tendo como tema principal à responsabilidade social, que foi o evento denominado, “I Simpósio Nacional sobre o Combate ao Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, Recuperação de Ativos de Origem Ilícita no Exterior, Corrupção e o Combate ao Tráfico Internacional de Drogas”, o mesmo fez parte integrante dos trabalhos elaborados pelo IDELB para Agenda Integrada de Mobilização Nacional dos Poderes Públicos e da Sociedade Civil no Combate ao Crime Organizado, de forma a garantir a ordem social, a segurança pública, a paz e a justiça social, no desenvolvimento institucional e constitucional do Estado Brasileiro. Para a realização desse importante trabalho o IDELB, obteve apoio junto as seguintes instituições governamentais nacionais e internacionais, organismos internacionais, bem como a mídia, a saber: Senado Federal, Justiça Federal, Controladoria-Geral da União – CGU, Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, Secretaria Nacional de Justiça – SNJ, Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, Departamento de Polícia Federal – DPF, Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, Banco Central do Brasil – BC, Departamento de Atividades Especiais da Polícia Civil do Distrito Federal e Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo, Governo dos Estados Unidos da América – Departamento de Estado, Departamento de Justiça, Departamento do Tesouro, Escritório Nacional de Controle de Drogas da Casa Branca, DEA, FBI, CIA, Senado e Corte Federal de Justiça do Distrito de Maryland, Organização das Nações Unidas – ONU e Organização dos Estados Americanos – OEA, e a Central Globo de Comunicação – Rede Globo e Revista Istoé. O terceiro projeto foi também realizado com sucesso absoluto no ano de 2009 na cidade de Brasília, no Senado Federal, tendo como tema principal à responsabilidade social parlamentar, que foi o evento denominado, “Prêmio do Mérito Legislador – 2008”, que teve como objetivo destacar os 150 melhores Projetos de

Lei, de autoria dos Parlamentares: Vereadores, Deputados Estaduais, Distritais e Federais, e Senadores da República, inscritos no Prêmio, que tenham tido uma reconhecida relevância social, levando-se em consideração critérios tais como: alcance, inovação, impacto, repercussão, participação popular, mudança de hábitos, melhores práticas, dentre outros, em defesa do desenvolvimento do Estado e da Nação Brasileira. Os projetos de Lei foram analisados e selecionados pela qualificada equipe técnica de Consultores Legislativos do Senado Federal, contemplando-se as seguintes áreas sociais: Educação, Saúde, Segurança, Habitação, Alimentação, Infância e Juventude, Combate à Pobreza, Direitos Humanos, Defesa dos Direitos dos Deficientes Físicos, da Mulher, do Idoso e do Afro Descendente, Tecnologia da Informação, Fortalecimento do Comércio e da Indústria, Turismo e Geração de Emprego e Renda.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil, através do Título I – Dos Princípios Fundamentais, Art. 3º, inciso II – “garantir o desenvolvimento nacional”, estabelece e garante ao Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, exercer o seu papel pleno de interlocutor da Sociedade Brasileira, junto às instituições do Estado Democrático de Direito. Em uma visão política, social, cultural, econômica e tecnológica, pluralista, defendendo e fazendo valer os legítimos e soberanos interesses da Nação Brasileira.

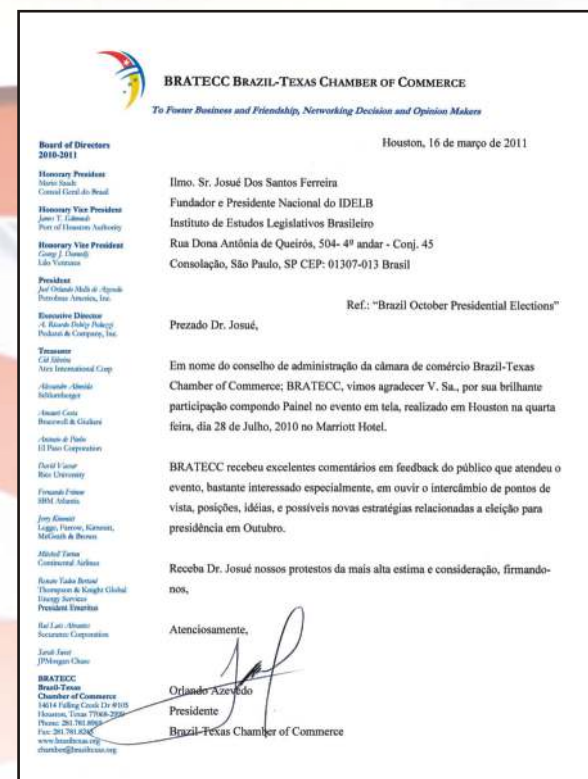
O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, tem por objetivo contribuir com o País, dando a máxima prioridade à modernização tecnológica do Estado Brasileiro, em todos os níveis e poderes, por meio da redefinição do papel do setor público e da adoção de princípios fundamentais de eficiência, eficácia, ética, transparência, legitimidade e responsabilidade social para um futuro melhor. Nesse contexto, foi identificada a necessidade de criar mecanismos esses que também terão a função de gerar uma maior interação com a participação da Sociedade Civil Organizada no processo decisório do Estado Democrático Brasileiro.



A palestra “A Prática do Processo Legislativo Federal Brasileiro”

Desde 2010, o Presidente do IDELB, Dr. Josué Ferreira, que já tem uma experiência comprovada na área de processo legislativo está proferindo palestras técnicas sobre o tema: “A Prática do Processo Legislativo Federal Brasileiro”, no Brasil e nos Estados Unidos da América, em instituições renomadas como: Universidade de São Paulo (USP), Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo (OAB-SP), John Hopkins University, de Washington, DC, e na Brazil-Texas Chamber of Commerce (BRATECC), de Houston, Texas. A palestra vem agregar valores à sociedade como dar transparência ao trabalho realizado pelo Poder Legislativo, em defesa do desenvolvimento econômico e social da Nação Brasileira.

Credibilidade e reconhecimento comprovado do trabalho no Brasil e nos Estados Unidos da América



De acordo com o Presidente do IDELB, Dr. Josué Ferreira, o seu projeto para o ano de 2011 é desenvolver um “Ciclo de Palestras” que versará sobre a “Técnica do Processo Legislativo Federal”, em parceria com as Prefeituras e Câmaras Municipais de todo o país. Inicialmente proferindo um número de até 300 palestras para as Prefeituras e Câmaras Municipais do Estado de São Paulo. Tendo como seu público alvo: autoridades dos Poderes do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público, Advogados, Professores e Acadêmicos de Direito, Servidores Públicos das Prefeituras, Câmaras Municipais e Tribunais de Contas. A palestra “A Prática do Processo Legislativo Federal Brasileiro”, também abordará além da técnica do processo legislativo, os temas ligados a “Obtenção de Recursos Federais para os Municípios” que terá como meta prioritária explanar sobre as Transferências Constitucionais, Transferências Legais e Transferências Voluntárias, Marco Legal, Decreto nº 6.170/2007, Portaria Interministerial nº 127/2008, Consórcio Público e Protocolo de Intenções, Operacionalização de Convênio e Contrato de Repasse que está centralizada em um único sistema, o SICONV, qualquer que seja o órgão federal concedente, Formalização, Execução, Acompanhamento, Prestação de Contas e Informações acerca de tomada de Contas Especial.

O objetivo da palestra “A Prática do Processo Legislativo Federal Brasileiro” é informar ao prefeito, vereador e aos gestores públicos municipais, como acompanhar os processos legais no Poder Legislativo Federal de interesse do seu município. Até porque todos os recursos federais destinados aos municípios, através dos ministérios, dependem de ações legislativas. Com essa palestra eu quero passar como é a elaboração, além da prática do processo legislativo, a elaboração dos projetos sociais para a devida captação desses recursos junto aos ministérios, como o gestor público vai aplicar os recursos responsavelmente, comprovando item-a-item através dos documentos fiscais que estão sendo aplicados àqueles recursos de acordo com a lei e a planilha apresentada, para que futuramente se possa fazer devidamente a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas da União, e que essas contas fechem corretamente. Dando assim, uma visão tranquila àquele gestor público sobre como ele faria isso dentro de um conceito responsável, transparente, e acima de tudo profissional, sem dar margem à corrupção.

Jornal Notícias do Congresso Nacional: Qual é a técnica aplicada que está fundamentada a sua palestra “A Prática do Processo Legislativo Federal Brasileiro”?

Presidente do IDELB Dr. Josué Ferreira: A minha palestra, denominada, “A Prática do Processo Legislativo Federal Brasileiro”, está fundamentada no trabalho acadêmico, histórico e institucional que realizei no Senado Federal, no ano de 2001, com o lançamento da obra literária de minha autoria, denominada: “Os Meandros do Congresso Nacional” – Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras. A Universidade de São Paulo (USP) consagrou a respectiva obra inserindo-a como base de estudos e consultas acadêmicas nas seguintes disciplinas: 1. Congresso Nacional, História – 2. Direito Constitucional, Brasil – 3. Direito Administrativo, Brasil – 4. Estudos Brasileiros – 5. Organização Política, Brasil – 6. Organização Social, Brasil – 7. Poder Legislativo, Brasil – 8. Política e Governo, Brasil – 9. Ciência Política, Brasil – 10. Problemas Brasileiros. Esse trabalho explica o funcionamento do Congresso Nacional Brasileiro, no que concerne ao sistema bicameral, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Jornal Notícias do Congresso Nacional: Qual a importância do trabalho desenvolvido pelas entidades de classes de prefeitos e vereadores no cenário nacional?

Presidente do IDELB Dr. Josué Ferreira: Acredito que é extremamente importante e promissor para o desenvolvimento do Brasil. Aqui destaco com alegria algumas das instituições que cumprem o dever de casa de maneira exemplar, como, a Confederação Nacional de Municípios (CNM), através do seu competente Presidente Paulo Ziulkoski, que vem desenvolvendo com louvor um papel significativo de trabalho e de grandes realizações à frente da entidade, a Associação Paulista de Municípios (APM), através de seu competente Presidente Marcos Monti, que também vem desenvolvendo com louvor um papel significativo de trabalho e de grandes realizações à frente da entidade, e por derradeiro o Instituto do Legislativo Paulista (ILP),

através de seu competente Presidente Roberto Lamari, que também vem desenvolvendo com louvor um papel significativo de trabalho e de grandes realizações à frente da entidade, em prol do fortalecimento do Poder Legislativo do progressista Estado de São Paulo.

Jornal Notícias do Congresso Nacional: O Brasil tem 5.565 municípios. A demanda por conhecimentos acerca da prática do processo legislativo é muito grande? Trocando em miúdos, a falta de conhecimento sobre o tema é muito grande?

Presidente do IDELB Dr. Josué Ferreira: Acredito que sim. E pelo seguinte: (o processo legislativo) é complexo, é dinâmico e acima de tudo é técnico e político. Imagine só, aquela pessoa que foi eleita, de repente vai ser o seu primeiro mandato no município. Ele nunca teve nenhuma experiência pública no executivo ou no legislativo. Não é fácil ele formar um gabinete e um secretariado para que possa administrar as demandas políticas e sociais daquele município. Ele sozinho não vai conseguir, até porque por mais pequena que seja (a cidade) em termos territoriais, e de infraestrutura ele vai buscar recursos por meio de repasses, tanto do Estado, quanto da União para cumprir as suas metas estabelecidas no seu programa de governo. Então ele tem que ter uma equipe extremamente profissional para não só fazer esses convênios, como também para gerir a aplicabilidade corretamente dos recursos. E às vezes aquele servidor público não foi preparado devidamente para exercer aquele trabalho técnico. Então ele vai ter uma grande dificuldade. Agora se ele tem uma política de gestão participativa voltada ao ensinamento e reciclagem profissional de funcionários que se qualifiquem para exercer tal função técnica-operacional, aí sim, ele não vai ter problemas. Às vezes, até para coibir e combater à corrupção, o desvio de dinheiro público é importante que ele aprenda na íntegra todos os “modus operandi” do processo, e saiba que hoje a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de maio de 2000, imputa ao gestor público a questão criminal, e não só civil. A chamada Improbidade Administrativa.

Jornal Notícias do Congresso Nacional: Qual é a missão da sua palestra “A Prática do Processo Legislativo Federal Brasileiro”?



Diploma Gestão Pública Municipal de Responsabilidade Social e Fiscal

Prefeito Roberto Rocha

Prefeitura Municipal de Vargem Grande Paulista – SP

O IDELB outorga o Diploma de Responsabilidade Social e Fiscal para a Prefeitura Municipal, tendo em vista o seu cumprimento responsável da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04/05/2000.

As Prefeituras Municipais e Câmaras Municipais de todo o país, que estiverem interessadas em contratar o qualificado trabalho da palestra “A Prática do Processo Legislativo Federal Brasileiro”, favor entrar em contato através dos seguintes endereços eletrônicos: presidente@idelb.org.br ou idelb@idelb.org.br ou no seguinte endereço comercial: Rua Dona Antonia de Queirós, 504 – Conjunto 45 – Consolação – CEP.01307-013 – São Paulo – SP.

Presidente do IDELB Dr. Josué Ferreira: Oportunizar a divulgação e o reconhecimento dos trabalhos técnico-operacionais desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, pelos seus membros no Congresso Nacional, no cumprimento de sua missão que é de legislar, fiscalizar e legitimar o poder estabelecido, em nome da sociedade brasileira.

Jornal Notícias do Congresso Nacional: Qual é o conteúdo que versará a sua palestra “A Prática do Processo Legislativo Federal Brasileiro”?

Presidente do IDELB Dr. Josué Ferreira: Versará sobre o funcionamento do rito processual do Poder Legislativo Federal, aonde ensina tecnicamente a prática das ações procedidas no dia-a-dia pelas duas Casas do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, e a sua importância na gestão pública municipal.

Jornal Notícias do Congresso Nacional: As Prefeituras Municipais e Câmaras Municipais que tiverem o interesse de contratar a sua palestra “A Prática do Processo Legislativo Federal Brasileiro”, quanto terão que desembolsar?

Presidente do IDELB Dr. Josué Ferreira: O valor do investimento é de apenas R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), valor este cobrado por cada palestra ministrada, ou seja, para cada Prefeitura Municipal ou Câmara Municipal. Sempre obedecendo de forma rigorosa os ditames legais expostos no Art. 24, do Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Jornal Notícias do Congresso Nacional: Gostaria de fazer suas considerações finais?

Presidente do IDELB Dr. Josué Ferreira: Digo que o tema da minha palestra “A Prática do Processo Legislativo Federal Brasileiro”, é de extrema importância para desenvolver o conhecimento e a capacitação dos gestores públicos das Prefeituras Municipais e das Câmaras Municipais, no que concerne ao pleno conhecimento do processo técnico-operacional do Poder Legislativo Federal, pois a mesma ensina tecnicamente sobre o sistema bicameral, o funcionamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.



Diploma Gestão Pública Municipal de Responsabilidade Social e Fiscal

Vereador Antonio Mauro de Souza

Presidente da Câmara Municipal de Vargem Grande Paulista – SP

O IDELB outorga o Diploma de Responsabilidade Social e Fiscal para a Câmara Municipal, tendo em vista o seu cumprimento responsável da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04/05/2000.



A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL CONCEDE AO DR. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA



Em sessão solene realizada no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal em (09/05), o Deputado Agaciel Maia entregou o título de cidadão honorário ao jornalista, escritor e ex-deputado Josué dos Santos Ferreira.

Jornalista e escritor Dr. Josué dos Santos Ferreira é Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, e autor do livro “Os Meandros do Congresso Nacional” – Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras, um projeto cultural e acadêmico de caráter histórico, que disponibiliza para a sociedade brasileira todas as informações sobre a cultura legislativa e ressalta a relevante importância do Congresso Nacional para o processo decisório na democracia, contribuindo para a formação de uma cultura de cidadania participativa junto ao parlamento nacional.

Nascido no Rio Grande do Norte, o ex-parlamentar também é autor da proposta que cria a disciplina “Direito Parlamentar” a ser implantada em todas as faculdades de Direito do país. A disciplina já faz parte dos cursos de extensão e de pós-graduação em Direito da Escola Superior de Direito Constitucional. Sua obra tem importância tão relevante, que a Casa da Moeda do Brasil fez o lançamento da “Moeda Comemorativa” e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, do “Carimbo Comemorativo”.

O Deputado Agaciel Maia ao proferir o seu brilhante discurso de entrega do título de Cidadão Honorário de Brasília ao ex-deputado federal Dr. Josué dos Santos Ferreira, lembrou das qualidades do ex-parlamentar homenageado, a dedicação, o empenho, o trabalho, a atuação, a competência técnica, a ética profissional e o compromisso inarredável que tem com o país, ressaltou ainda que se sentia honrado ao entregar a condecoração a um brasileiro com uma vasta biografia, Dr. Josué Ferreira é um exemplo a ser seguido por todos nós. É por isso que hoje estamos aqui para entregar-lhe o Título de Cidadão Honorário de Brasília, sendo o homenageado o 123º da República e 52º de Brasília, parabéns, Dr. Josué, sinte-se verdadeiramente um Cidadão Brasiliense.

O Deputado Olair Francisco prestigiou o evento e em seu discurso citou que o nome do ex-parlamentar Dr. Josué dos Santos Ferreira “foi aprovado por unanimidade, por entendermos que o senhor merece esse título”.

O grande homenageado da noite agradeceu, emocionado, lembrando a atuação do Deputado Agaciel Maia no Senado Federal. “O Brasil precisa muito mais do senhor agora, como deputado distrital. Fico muito feliz em receber esse título das mãos de Vossa Excelência. É uma magnífica homenagem e me sinto extremamente honrado, coloco-me a inteira disposição como cidadão desta magnífica cidade que é a Capital Federal do nosso amado Brasil”.



O Deputado Agaciel Maia ao proferir o seu brilhante discurso faz a entrega do título de Cidadão Honorário de Brasília ao ex-deputado federal Dr. Josué dos Santos Ferreira



Título de Cidadão Honorário de Brasília

A ACADEMIA BRASILEIRA DE HONRARIAS AO MÉRITO CONCEDE AO DR. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA A CONDECORAÇÃO DE COMENDADOR DA SOBERANA ORDEM DO MÉRITO DO EMPREENDEDOR PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, EM BRASÍLIA



Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB



Autoridades com o público no Teatro Nacional de Brasília

Na sessão solene de outorgas e condecorações da “Cruz do Mérito Empreendedor Juscelino Kubitschek” realizada na sala Martins Pena do Teatro Nacional de Brasília – DF em (28/06), o soberano Grão Mestre das Ordens Honoríficas, Comendador Regino Barros entregou a mais alta condecoração da Soberana Ordem do Mérito do Empreendedor Juscelino Kubitschek, a “Cruz do Mérito Empreendedor Juscelino Kubitschek” no grau Cavaleiresco de Comendador ao jornalista, escritor e ex-deputado Josué dos Santos Ferreira.

A ABRAHM – Academia Brasileira de Honrarias ao Mérito, declarou que tem a honra e o orgulho de receber o ex-parlamentar Dr. Josué dos Santos Ferreira como Membro deste Sodalício, que é formado pelas personalidades notoriamente reconhecidas por suas qualidades, mérito de honra, dignidade, caráter, civismo e espírito empreendedor, comprometidas com o desenvolvimento sustentável e a justa distribuição das riquezas brasileiras.

Na ocasião também foram condecorados várias autoridades governamentais, dentre elas, se destacaram o Senador da República Adelmir Santana, do Distrito Federal e a Senadora da República Serys Slhessarenko, do Mato Grosso.

O homenageado da noite agradeceu, emocionado, lembrando a brilhante atuação da Academia Brasileira de Honrarias ao Mérito – ABRAHM, em prol do fortalecimento da cultura com o resgate da história. Um Tributo à Juscelino Kubitschek com a implantação do projeto Catetinhos pelo Brasil afora. “Comendador Regino Barros o Brasil conta muito com a continuidade de seus préstimos patrióticos para empreender a realização de mais um importante trabalho de resgate de nossa história. Fico muito feliz em receber essa importantíssima condecoração. É uma magnífica homenagem e me sinto extremamente honrado, coloco-me a inteira disposição na qualidade de Comendador desta magnífica entidade que é a Soberana Ordem do Mérito do Empreendedor Juscelino Kubitschek”.



Soberana Ordem do Mérito do Empreendedor “Juscelino Kubitschek”
 Cruz do Mérito do Empreendedor “Juscelino Kubitschek”



Barack Obama

Presidente dos Estados Unidos da América

O PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS BARACK OBAMA TRABALHA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL



Presidente dos Estados Unidos BARACK OBAMA, assinou no dia 24 de julho de 2011 um Memorando Presidencial que determina o congelamento do patrimônio das organizações criminosas transnacionais e encaminhou ao Congresso dos Estados Unidos, que tem como objetivo de proteger a segurança nacional, política externa e a economia dos Estados Unidos.

O Memorando Presidencial foi emitido nos termos do Emergency Economic Powers International Act. (50 USC 1701 et seq.) (IEEPA). O Presidente dos Estados Unidos BARACK OBAMA, informa que emitiu a ordem executiva a fim de declarar uma emergência nacional no que diz respeito à ameaça incomum e extraordinária que, significa um perigo real de organizações criminosas transnacionais que representam para a segurança nacional, política externa e economia dos Estados Unidos.

O crime organizado não é mais um problema local ou regional, tornou-se um perigo para a estabilidade internacional. Significativa que as organizações criminosas transnacionais têm se tornado cada vez mais sofisticadas e perigosas para os Estados Unidos, e suas atividades atingiram tal alcance e gravidade que se pretende desestabilizar o sistema internacional. Estes grupos têm se aproveitado da globalização e outros fatores para diversificar a sua abrangência geográfica e variedade de atividades. Eles aumentaram e aprofundaram seus laços com governos e no sistema financeiro internacional, não confiando apenas em suborno e violência, mas também mais e mais sobre a capacidade de explorar as diferenças entre os países e para criar e manter fachadas legais para esconder as atividades ilícitas.

Os danos específicos que importantes organizações criminosas transnacionais ameaçam hoje são muitos. Eles são corruptos - e em alguns casos conseguem cooptar - governos, assim desestabilizando-os e enfraquecendo as instituições democráticas e o Estado de Direito. Eles ameaçam interesses econômicos dos EUA subvertendo, explorando, distorcendo legítimos mercados, e podendo ganhar influência em setores estratégicos da economia mundial.

Significativas organizações criminosas transnacionais que se dedicam a crimes cibernéticos são uma ameaça sensível às redes de computadores públicos e privados, vindo comprometer a integridade do sistema financeiro internacional, e impor custos para o consumidor americano. Aqueles que se envolvem no roubo de propriedade intelectual não só corroem a competitividade dos EUA, mas também põem em perigo a saúde pública e segurança através da distribuição de bens contaminados e falsificados. Muitos deles também estão envolvidos no tráfico de drogas.

Finalmente, com significativo poder financeiro as organizações criminosas transnacionais cada vez mais vêm apoiar as atividades de outras pessoas perigosas. Algumas destas organizações estão envolvidas em contrabando de armas, o que pode facilitar e agravar conflitos civis violentos. Outros estão envolvidos em contrabando de pessoas, agravando o problema do trabalho forçado. Há também evidências de laços crescentes

entre significativas organizações criminosas transnacionais e terroristas.

A Ordem Executiva a que venho emitir no dia de hoje é uma parte de uma estratégia abrangente para enfrentar a crescente ameaça do crime organizado transnacional. A ordem de metas é para combater as significativas organizações criminosas transnacionais e as redes que lhes dão apoio, atingindo o cerne dessas redes - na sua capacidade e necessidade de movimentação de dinheiro. Fazemos isso para que se venha bloquear a propriedade e os interesses na propriedade de quatro organizações criminosas transnacionais, constantes no anexo à ordem executiva do Presidente dos Estados Unidos, que atualmente representam ameaças significativas internamente aos EUA e interesses econômicos estrangeiros, bem como para EUA a promoção da transparência e da estabilidade nos sistemas internacionais políticos e financeiros. A ordem fornece critérios para o bloqueio de mais pessoas determinadas pelo Secretário do Tesouro, em consulta com o Procurador-Geral e o Secretário de Estado:

- Ser uma pessoa estrangeira que constitui uma organização transnacional significativa criminal;
- Ter assistido materialmente, patrocinado, ou fornecido material, financeiro ou apoio tecnológico para, ou de bens ou serviços ou em apoio, qualquer pessoa cujo patrimônio e interesses em propriedade são bloqueados em aplicação à ordem;

- A ser detidas ou controladas por, ou ter agido ou pretendiam atuar para ou em nome de, direta ou indiretamente, qualquer pessoa cujo patrimônio e interesses em propriedades estão bloqueadas nos termos da ordem.

O Presidente dos Estados Unidos BARACK OBAMA, delegou poderes ao Secretário do Tesouro, a autoridade, em consulta com o Procurador-Geral e o Secretário de Estado, para tomar tais ações, incluindo a promulgação de regras e regulamentos, e de empregar todos os poderes atribuídos ao Presidente pelo IEEPA como pode ser necessário para realizar os fins da ordem.

A ordem do Presidente dos Estados Unidos BARACK OBAMA é eficaz no combate ao crime organizado. Sendo assim, todas as agências executivas do Governo dos Estados Unidos já estão direcionadas a tomar todas as medidas adequadas dentro de sua autoridade para cumprir as disposições da ordem presidencial.

O Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, Dr. Josué dos Santos Ferreira, parabeniza e apóia a importante iniciativa do 44º. Presidente dos Estados Unidos BARACK OBAMA pela emissão do Memorando Presidencial que visa o combate efetivo ao crime organizado, congelando assim, o patrimônio das organizações criminosas transnacionais, entendemos que são ações políticas e administrativas responsáveis como esta, que vem garantir mais segurança para que uma sociedade viva melhor com mais qualidade de vida.






Hillary Rodham Clinton

Secretária de Estado dos Estados Unidos da América

UMA PARCERIA SAUDÁVEL SOBRE TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL (OGP – OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP), ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS



Secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Rodham Clinton, e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antônio Patriota, participaram da Reunião de Alto Nível da Parceria sobre Transparência Governamental, em Washington, DC, no dia 11 de agosto de 2011.

A Secretária de Estado Hillary Clinton mencionou a importância da transparência governamental pelo mundo, para o fortalecimento da democracia, e crescimento do país. Exemplifica com o caso do Brasil, que construiu um site para mostrar à população com acesso à internet como o dinheiro público é gasto.

A Secretária de Estado Hillary Clinton disse que a OGP é uma parceria, e que todos os países que dela fizerem parte vão colaborar para a transparência de seus países. A próxima reunião será em setembro, na abertura dos trabalhos das Nações Unidas. A OGP será anunciada com os respectivos compromissos firmados até setembro pelos seguintes países: Brasil, EUA, Indonésia, México, Noruega, Filipinas, África do Sul e Reino Unido.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antônio Patriota, disse que a OGP será composta por quatro pilares: o primeiro é uma declaração de princípios; segundo é um plano de ação de cada país, com seus respectivos compromissos voluntários; o terceiro é a comunicação sobre a implementação do programa; e o quarto pilar é a participação da sociedade civil.

Segundo o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antônio Patriota, esse importante encontro marcou a consolidação da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership - OGP), e destacou o protagonismo global do Brasil em matéria de transparência e abertura governamental.

Durante a primeira reunião de alto nível da OGP, que é liderada pelo Brasil e pelos Estados Unidos, a secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, e o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antônio Patriota, convidaram os demais países a aderirem à iniciativa. O evento contou com os membros do Comitê Diretor da Parceria, presidido pelo ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage, e pela subsecretária norte-americana de Estado para Democracia e Assuntos Globais, Maria Otero, e reuniu ainda mais de 50 países e de 40 organizações da sociedade civil.

O objetivo da reunião foi preparar as bases para o lançamento formal da Parceria para Governo Aberto em setembro de 2011, por ocasião da Assembleia Geral da ONU, quando os chefes de Estado e de Governo dos países fundadores da OGP liderados pelos presidentes Barack Obama e Dilma Roussef e acompanhados por aqueles que resolverem aderir à iniciativa assinarão uma Declaração de Chefes de Estado, comprometendo-se a adotar medidas concretas para avançar nas

áreas foco da parceria e concordando em se submeter a um mecanismo independente de avaliação da implementação desses compromissos.

O evento contou com painéis temáticos sobre experiências dos países na implementação de iniciativas de governo aberto, painéis sobre a estrutura da OGP e seus objetivos. Além disso, houve também mesas redondas que reuniram membros do Comitê Diretor e representantes de novos países para debater sobre como a OGP poderia também auxiliar esses países a avançar em transparência, combate a corrupção, melhoria da prestação de serviços públicos, melhoria do gerenciamento de recursos públicos, promoção de inovações tecnológicas e outros temas da agenda de governo aberto.

A idéia da Parceria para Governo Aberto foi lançada em setembro de 2010, na Assembleia Geral da ONU, pelo Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, que convidou o Brasil para ser parceiro da proposta. Esse núcleo inicial foi ampliado em seguida com a adesão de mais alguns países, entre eles: África do Sul, México, Noruega, Reino Unido, Filipinas e Indonésia, além de nove organizações da sociedade civil. O critério foi o de escolher aqueles que já demonstraram avanços nessa área.

Colocando lado a lado nações e organizações da sociedade civil líderes em transparência e governo aberto, a OGP é um veículo para se avançar mundialmente no fortalecimento das democracias e dos direitos humanos, na luta contra a corrupção e no fomento de inovações e tecnologias para transformar a governança do século XXI.

A Secretária de Estado Hillary Clinton disse que nas próximas semanas, vai emitir diretrizes para políticas instruindo todos os diplomatas e todos os encarregados da área de desenvolvimento do Departamento de Estado e da USAID a intensificar a luta contra a corrupção como foco de seu trabalho com outros países. Também vai instituir um fundo de inovação para criação de incentivos e aumentar o apoio político para transparência, esforços de combate à corrupção e reforma tributária. Lançará um projeto-piloto para apoiar um pequeno número de países em seus esforços para fazer reformas abrangentes e integradas nas três áreas.

A Parceria sobre Transparência Governamental complementa esse trabalho, representando um novo esforço global para fazer exatamente isso: promover a transparência, combater a corrupção e revigorar o engajamento cívico. Trata-se de uma parceria em três níveis. Primeiro, é uma parceria entre governos. Todos nós enfrentamos desafios comuns. Temos muito a aprender uns com os outros, e por isso esta é uma conversa de mão dupla onde estamos todos compartilhando idéias e aprendendo. Segundo, é uma parceria com a sociedade civil. E, terceiro, é uma parceria com o setor privado. Explicou a Secretária de Estado Hillary Clinton.

Imaginamos a Parceria sobre Transparência Governamental como uma rede de apoio para os líderes e cidadãos que trabalham para levar mais transparência e responsabilidade aos governos no mundo todo. Essa pode ser uma tarefa solitária, por vezes até mesmo perigosa. Mas com esta parceria esperamos mudar isso. Também queremos usar isso para construir uma rede de difusão de inovações bem-sucedidas.

Muitas vezes idéias que funcionam em um lugar podem funcionar em outros lugares, e precisamos de um sistema melhor para compartilhar as melhores práticas. Enfatizou a Secretária de Estado Hillary Clinton.

O Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, Dr. Josué dos Santos Ferreira, parabeniza e apóia a importante iniciativa do Governo dos Estados Unidos, através da Secretária de Estado HILLARY CLINTON pelo trabalho estratégico que visa o combate à corrupção, usando da melhor forma os mecanismos para supervisionar a implementação da Convenção da ONU contra a Corrupção. Acreditamos que este novo esforço global para melhorar a governança, acelerar o crescimento econômico e apoderar cidadãos no mundo todo é exatamente o que todos devemos fazer no século 21. A Parceria entre Brasil e os EUA sobre Transparência Governamental contribui com esforços nacionais com vistas à transparência governamental por meio da cooperação internacional. A idéia deste pacto é que os países troquem experiências em transparência com a finalidade de melhorar a eficiência no uso de recursos do governo, estimulando a inovação e melhorando a qualidade dos serviços públicos oferecidos como um todo em nossas sociedades.

Até porque quando um governo esconde o seu trabalho da vista do público, distribui empregos e dinheiro a cupinchas políticos, a justiça administra o seu trabalho de forma desigual, vendendo sentenças e liminares, prejudicando assim, toda uma sociedade, faz vista grossa quando burocratas e empresários corruptos se enriquecem à custa do povo, esse governo está falhando com seus cidadãos. E está deixando de criar um ambiente no qual as melhores idéias são adotadas e as pessoas mais talentosas têm oportunidade de contribuir. E muitas vezes também está negando às pessoas acesso a educação, saúde, energia elétrica ou um sistema de justiça e uma economia de mercado que trabalhe para elas. E, mais importante, esse governo está deixando de ganhar e manter a confiança de seu povo. E essa falta de confiança, em um mundo de comunicações instantâneas, significa que o tecido da sociedade começa a se desgastar e a base da legitimidade do governo começa a desmoronar.



Dr. Roberto Eduardo Lamari, Diretor Presidente do Instituto do Legislativo Paulista - ALESP/SP



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO



Dra. Patrícia Rosset, Advogada e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná - UFPR

A IMPORTÂNCIA DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS PARA NÓS CIDADÃOS

A Constituição Federal de 1988, na Seção II, do Capítulo II, do Título VI, reserva um espaço de destaque para a tributação e o orçamento do Estado, as principais regras a serem seguidas pelos poderes constituídos, isto porque a importância das leis orçamentárias na vida cotidiana de todos nós cidadãos se faz presente desde as mínimas necessidades até mesmo na condução de importantes políticas públicas, dentre elas saúde, educação, segurança pública e justiça eficiente.

O artigo 165 prevê que leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I – o plano plurianual; II – as diretrizes orçamentárias; e III – os orçamentos anuais. O plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Já a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e as prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. O projeto deve ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenção, anistias, remissões, subsídios e benefício de natureza financeira, tributária e creditícia. Não poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na produção a autorização para a abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita nos termos da lei.

Duas questões devem ser destacadas, a primeira que o Poder Executivo deverá publicar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária; a segunda, que os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional, deverão ter entre as suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

O que causa alarde é que com todo esse arcabouço constitucional visando atender os interesses do povo brasileiro, colocado a sua disposição pelo poder constituinte originário, através da previsão de leis que visam determinar todo o investimento e programa de governo para os próximos quatro anos, como é o caso do plano plurianual, vinculando o administrador a seus objetivos quando da elaboração da lei de diretrizes orçamentárias e do próprio orçamento estejam passando em branco sem qualquer discussão da sociedade e da própria mídia.

Cabe ao Poder Executivo a elaboração dos referidos projetos leis e ao Poder Legislativo a apreciação dos mesmos, momento onde a sociedade brasileira pode e deve se manifestar em prol dos seus interesses, através dos seus representantes e também, por meio de manifestações sob as mais diversas formas para que a legitimação deste procedimento tenha densidade democrática necessária.

A importância da participação da sociedade em debates desta natureza é fundamental para que a elaboração de toda estratégia para os investimentos, gastos e fomento do Estado seja voltada também para as políticas públicas debatidas e necessárias para o bem estar do cidadão.

O Poder Legislativo é o espaço público que deve ser ocupado pela sociedade para que uma discussão profícua ocorra durante o processo legislativo de tais proposições, levando em conta considerações acerca dos mais diversos assuntos, dentre eles: transporte público, a educação, a precariedade das rodovias, a falta de segurança pública, mas deve ir além, iniciar estudos sobre o que ocorre quando falta independência

financeira entre os poderes, a exemplo do que vem ocorrendo com o Poder Judiciário, causando lentidão na execução de sua função precípua que é a de fazer justiça seja por falta de informatização, de estrutura física para instalação de fóruns e ou mesmo de déficit de qualificação e melhorias dos seus servidores.

Por outro lado esta mesma sociedade deve elogiar propostas que visem melhoria de instalações dos Poderes, em busca de uma maior transparência e eficiência, a exemplo os portais eletrônicos onde se pode encontrar mecanismos diversos de atendimento e informação a qualquer pessoa, as editoras como a do Senado com publicações primorosas, televisões e seus programas de informação cultural, meios utilizados para veicular os trabalhos ao público geral, ressaltando que alguns deles pouco usufruídos ou até mesmo conhecidos, sem mencionar os mecanismos de fiscalização eficientes devem ser valorizados, desde o mais simples ao mais complexo como é o caso dos Tribunais de Contas.

Precisamos acordar para a importância da participação na elaboração das leis orçamentárias como exercício de cidadania, que é um dever e não uma faculdade, isso se nos considerarmos cidadãos conscientes e senhores do nosso destino. Agora é a hora, pois pelo Brasil todo, estão sendo confeccionados os seus respectivos planos plurianuais em cada ente federado, os quais deverão ser enviados no início do segundo semestre para os respectivos Legislativos. Agora é a hora para questionar e solicitar soluções de políticas duradouras. PPA não é palavra é solução.

Patrícia Rosset é Doutoranda em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC; Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2004; Mestre em Filosofia do Direito e do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, 2006.

Roberto Eduardo Lamari é Diretor Presidente do Instituto do Legislativo Paulista – ALESP/SP, Vice Presidente da ABEL- Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e Contas, Membro da Comissão de Acompanhamento Legislativo da OAB/SP e Especialista em Gestão Pública pela Universidade de São Paulo-USP.



Dr. César Augusto Guedes de Sousa é advogado militante na Capital Paulista, atuando prioritariamente na área cível e trabalhista, dentre outras



A SOCIEDADE BRASILEIRA E OS AVANÇOS TRAZIDOS PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

No último dia 11 de setembro de 2011, o Código de Defesa do Consumidor completou 21 anos, e apesar de sabermos que ainda há um longo caminho de aperfeiçoamento nas relações de consumo, não podemos deixar de comemorar os grandes avanços trazidos pelo citado instituto.

O Código de Defesa do Consumidor veio de encontro aos anseios da sociedade brasileira, e através das inúmeras medidas de proteção, prevenção e repressão às más práticas comerciais, o instituto em questão trouxe muitos benefícios aos cidadãos.

Com a facilidade do acesso à Justiça através dos Juizados Especiais, o consumidor passou a exigir os seus direitos, e como

base no Código de Defesa do Consumidor, dentre outros dispositivos legais, começaram a surgir reiteradas condenações em face das más práticas comerciais.

Tais condenações foram um grande incentivo para que fabricantes e fornecedores revissem os seus conceitos, bem como a relação a ser mantida com seus clientes, o que contribuiu de sobremaneira para uma grande melhora no fornecimento de produtos e na prestação de serviços.

A legislação consumeirista passou a ser uma importante arma contra as práticas abusivas e enganosas, arma essa que a sociedade brasileira não exita em usar para reivindicar os seus direitos.

A quem diga que o instituto é extremamente protecionista, e que infelizmente vem sendo usado como meio de abuso de direito por alguns consumidores. Infelizmente tais abusos eventualmente acontecem, mas não devem desmerecer todos os benefícios que o Código de Defesa do Consumidor trouxe para a sociedade brasileira. E de mais a mais, o poder judiciário não tem deixado que tais abusos por parte do consumidor passem em branco, apenando-os, quando for o caso, no pagamento de custas e honorários de advogado.

Para concluir, parabeno os operadores do direito que se pautam no bom uso do Código de Defesa do Consumidor como ferramenta de cidadania em favor da sociedade brasileira.





96%
de resíduos
reciclados

3
parques ambientais
somando 310 hectares

85%
de emissões de
carbono neutralizadas
e o restante compensado
por florestas mantidas
pela Companhia

**SOUZA CRUZ: HÁ 108 ANOS CONTRIBUINDO
PARA A SUSTENTABILIDADE DO PLANETA.**

A Souza Cruz conduz seus negócios de forma responsável também com o meio ambiente. E esta preocupação não se restringe apenas às Unidades da Empresa, mas é levada a toda sua cadeia produtiva, da lavoura ao ponto de venda. No campo, orienta cerca de 40 mil produtores rurais integrados sobre o correto manejo do solo e uso de agrotóxicos. Nos

3
áreas próprias
dedicadas ao
reflorestamento
para a geração de
energia

100%
de reutilização de
água na fábrica de
Uberlândia

59%
do consumo de
água da fábrica
de Cachoeirinha
proveniente da
água da chuva

mais de 260 mil varejos que comercializam suas marcas, a Companhia promove, entre outras iniciativas, a conscientização ambiental através da reutilização e reciclagem de caixas de papelão. Com ações como estas, a Souza Cruz contribui para a sustentabilidade do planeta. E vai continuar sempre contribuindo, como faz há 108 anos.





Não dê motivo para o seu carro se esconder.
Combustível, só Petrobras.

Combustíveis Petrobras. O sonho de consumo de todo carro.

www.petrobras.com.br/produtos



O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA